

EMIGRAÇÃO E VIDA RURAL EM PORTUGAL

João Baptista Borges Pereira

(Depto. de Ciências Sociais, Universidade de S. Paulo)

INTRODUÇÃO

O presente artigo resulta de pesquisa exploratória que realizei em Portugal no período de maio a agosto de 1980, paralelamente a uma série de palestras que, a convite da Universidade de Coimbra, proferi no seu Instituto de Antropologia. Tendo em vista este compromisso didático e o tempo relativamente exíguo que permaneci em Portugal, optei pela realização de um *survey*, capaz de apanhar o mundo rural português em dois níveis, que se complementam: um, panorâmico, abrangeu na medida do possível os grandes parâmetros da vida social e cultural das diferentes regiões ou províncias portuguesas. Outro, específico, englobou alguns fenômenos ligados à economia e à família, em especial à família que mais diretamente sofre o impacto da emigração. As exigências de harmonizar estes dois tipos de atividades delinearam o cenário onde se desenvolveu o *survey*: para ter uma visão panorâmica do mundo rural português, visitei em três etapas todas as províncias continentais, exceto a do Algarve. Na primeira etapa, entrei em contato com as províncias centrais (Beira Alta, Beira Litoral, Estremadura); na segunda etapa, estive nas províncias do norte (Douro, Minho e Trás-os-Montes); na terceira e última etapa, visitei as províncias do sul (Beira Baixa, Ribatejo, Alto Alentejo e Baixo Alentejo). Durante essas visitas, aproveitei para fazer a seleção dos locais ou áreas onde iria concentrar as investigações específicas em torno do fenômeno emigratório. Assim, embora o país todo — tendo em vista as características da emigração portuguesa — seja um palco de contínuo fluxo e refluxo de população, optei por concentrar meus trabalhos nos arredores de Viseu (Beira Alta), de Vila Real (Trás-os-Montes), de Coimbra (Beira Atlântica) e nos arredores de Castelo Branco até Portalegre (Beira Baixa e Alto Alentejo).

Para a realização desta pesquisa contei com bolsa pós-doutoral da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Em Portugal, recebi o apoio, sob várias formas e em diferentes ocasiões, do Museu Antropológico de Coimbra, da Presidência do Conselho de Sátão e do Museu Távares de Proença, de Castelo Branco. Neste Museu, tive a oportunidade

de assistir a filmes etnográficos sobre aspectos da vida rural de toda aquela área, que obedecem a calendário fora do período em que estaria em Portugal (1).

O CIRCUITO MIGRATÓRIO: O PAIS HOSPEDEIRO

“Se afirmarmos que somos 12 milhões de portugueses, haveremos de ir lá fora contar a quarta parte”. Gil Pereira (1973: 175/176), então Presidente do Instituto de Emigração Portuguesa, estima, com esta frase, o total de seus patrícios na diáspora, no início dos anos 70. Em seguida, ao comentar a distribuição geográfica e numérica dos emigrantes pelo mundo afora chega a seguinte conclusão: “Feitas as contas finais, verifica-se que faltam apenas 53 mil portugueses para se atingir os 3 milhões. Se considerarmos algumas pequenas colônias que não foram tidas em conta, os portugueses em África além dos residentes na África do Sul e a prudência na aceitação das estimativas apresentadas, creio que posso com certa afoiteza reafirmar que um quarto de portugueses vive e labuta em terras estrangeiras”.

A partir do século XV, com a colonização da Madeira — marco inicial da diáspora Portuguesa — o destino desta quarta parte da população lusa tem variado através dos tempos (2). Desde o fim da Segunda Guerra Mundial até 1960, calcula-se que 90% dos que emigraram legalmente do Continente e das ilhas seguiram para países fora da Europa, isto é, para o além-mar. A Europa ficou com uma cota ao redor de 10%. A partir, porém, de 1963, o percentual de emigrante para o além-mar baixa para 60%. De 1964 até os dias atuais (com exceção dos anos de 1971 e 1974), a balança pende definitivamente para a Europa, que recebe 60% do fluxo migratório português, deixando menos de 30% para os países não-europeus. Mesmo nos anos da década de 70, que acusam taxas mais significativas de emigração para países do além-mar, o volume da emigração clandestina (que se faz paralelamente à legal) garantiu a predominância da rota europeia.

No além-mar, a emigração portuguesa de pós-guerra recomeçou trilhando o caminho tradicional, isto é, pela procura do Brasil. Logo, em seguida, o interesse pelo Brasil foi suplantado pela preferência pela Venezuela, Canadá e Estados Unidos. Em segundo plano, a preferência recai sobre a Argentina, a Austrália e a África do Sul. Mesmo considerando uma relativa expansão da emigração para os Estados Unidos, o Canadá e a Venezuela, esta vitalidade não chega a afetar a tendência revelada a partir de 1963 de o fluxo migratório orientar-se para o continente europeu.

A rigor pode-se afirmar que os emigrantes portugueses estão espalhados por toda a Europa, a partir da própria Espanha. (Gil Pereira, 1973: 176). Contudo, dois países se constituem atualmente em grandes e preferenciais metas para a emigração portuguesa: em primeiro lugar, a França; depois, a

Alemanha Ocidental. São os dois países mais industrializados da Europa e mais carentes de mão-de-obra em setores negligenciados pelos naturais.

Na Europa de pós-guerra, a França constituiu-se no país de imigração que maior número de trabalhadores estrangeiros abriga em suas fronteiras. Segundo algumas estimativas, havia em França, no ano de 1974, 4 milhões de imigrantes, o que significa que 7% da população francesa era constituída, na época, de estrangeiros de diferentes nacionalidades e dentro de diferentes categorias de emigrantes.

Soares Barata (1973/74: 212), tomando como critério a origem nacional dos contingentes quantitativamente mais expressivos desse fluxo migratório, encontra três ciclos bem delineados: primeiro foi o ciclo italiano; segundo, o espanhol; terceiro, e último, o ciclo português, cujo marco inicial situa-se na altura de 1963, pois, a partir da década de 60, a França torna-se o país para o qual se orienta preponderantemente a emigração portuguesa. Em 1972, o Ministério do Interior da França estima em 700 mil o número de imigrantes portugueses no país e, em 1974, segundo dados de fontes francesas e portuguesas, esta cifra sobe para quase 1 milhão de indivíduos, estando incluído neste total, os que entraram legalmente e os que atravessaram clandestinamente as fronteiras do país. Já em 1972, dentre os estrangeiros em França, os portugueses constituíam-se no grupo mais numeroso, só sendo suplantados pelos argelinos que, na qualidade de oriundos de ex-colônia, gozam de condições especiais, inclusive, por opção, de direito à cidadania francesa.

Depois da França, a Alemanha Ocidental foi o país que mais atraiu os estrangeiros e, dentre estes, os portugueses. Em 1963, a emigração portuguesa para a Alemanha ganha vulto com aproximadamente 1 milhão de indivíduos. 10 anos depois, em 1973 — quando o país adotou uma política de controle na entrada de estrangeiros —, os trabalhadores portugueses já atingiam a casa de 31.500 pessoas.

O imigrante como mão-de-obra

Pesquisas mostram que países em crescente industrialização revelam uma tendência de baixar o emprego na agricultura e aumentar na indústria e no setor de serviços, sendo que, na medida em que o país se aproxima do modelo de sociedade pós-industrial — como é o caso da França e da Alemanha Ocidental —, esta tendência última se caracteriza por um maior aumento do setor serviço em relação ao da indústria. Segundo Soares Barata (1973/74: 44/45), baseado em Bohning, “este processo que se conjuga com uma melhoria do nível de vida e uma mudança substancial no estilo de vida de grande massa, traz consigo grandes oportunidades de emprego nos setores em expansão. Os trabalhadores dos países industriais, cada vez me-

lhor instruídos, tendem pois a afastar-se dos empregos mais pesados ou menos bem pagos, e por isso menos prestigiantes. Na falta de uma alteração radical na escala de prestígio das diferentes funções, que torne mais interessante os postos de trabalho mais modestos, sem os quais a economia não pode funcionar, isto significa a acentuação mais ou menos rápida da escassez da oferta de mão-de-obra para esse tipo de trabalhos. É o que está a se verificar em todos os países industriais da Europa Ocidental e que para W.R. Bohning deve ver-se como uma característica da estrutura das sociedades pós-industriais”.

Em França (e mesmo na Alemanha), o emigrante foi encaminhado para a execução de trabalhos mais pesados, mais humildes e mais mal pagos, por isso não desejados ou abandonados pelos trabalhadores nacionais. Embora haja trabalhadores de origem estrangeira em funções ou postos mais elevados dos diferentes setores de atividades, observa-se em França que:

a. a medida que se sobe na hierarquia profissional raream os trabalhadores estrangeiros;

b. os estrangeiros, e com eles os portugueses, estão concentrados nas categorias de operário qualificado, operário especializado (que implica modestíssimo nível de preparação profissional), assalariado agrícola e, principalmente, na categoria de operário não qualificado (*Manoeuvres*). Pelo recenseamento de 1968, os trabalhadores masculinos portugueses estavam concentrados na agricultura, como assalariados agrícolas (6,8%), e na indústria (89,2%), sendo que deste percentual 25,4% estavam nas categorias de contra-mestre e operário especializado e 63,8% nas de operário especializado e não qualificado. Especificamente, como de resto os demais estrangeiros, os portugueses estão empregados compactamente no setor de construção civil e obras públicas (aliás, em Portugal os emigrantes são pejorativamente chamados de *bâtiment*).

Em 1974, o governo francês colocou sérias restrições para a entrada e permanência de imigrantes sujeitos ao regime comum (3), dentro do qual se inscreve o português, excluindo, porém, significativamente de tais restrições os trabalhadores sazonais (agricultura) e os de construção civil. Exatamente, como vimos, os dois setores que mais incorporam os trabalhadores portugueses e, assim impedindo que o fluxo migratório de Portugal fosse substancialmente afetado por tais medidas disciplinares.

O espaço do imigrante

A maneira ou a forma como o imigrante é encarado pelo país que o acolhe reflete todo um esquema ideológico e político, ou seja, um ideário e um esquema de ação e de atitudes no trato com o advena que, além de definir as características do país enquanto país de imigração, dá as linhas

mestras que balizam a vida do imigrante. É este esquema que delimita o espaço ou o lugar do estrangeiro dentro da sociedade acolhedora, criando-lhe por assim dizer, um novo *campus* social. Este *campus* é delineado: a) pela imagem ou conceito que se tem do imigrante, diretamente ligado aos papéis que irá desempenhar; b) pelo espaço que lhe está reservado, de antemão, na estrutura social, definindo os parâmetros de sua mobilidade; c) pelo espaço ecológico, ou pelas alternativas que lhe são oferecidas para o uso do espaço físico; d) pelos recursos materiais que são colocados a sua disposição para se fixar, ainda que temporariamente, no país.

De outro lado, esse esquema dá também a linha mestra para que o imigrante possa, a partir de suas aspirações originais, montar seu novo projeto de vida. Alguns autores apontam neste aspecto a diferença entre países de imigração do além-mar e os do continente europeu. No primeiro caso, acolhe-se o imigrante como alguém que vem “para ficar” e fica para ajudar a construir, em vários níveis, um novo país dentro de um projeto amplo de país-futuro. Como tal, ele está incluindo neste projeto de construção nacional pois fatalmente fará parte, através de si próprio e de sua descendência, da paisagem humana da pátria de adoção. No além-mar, adota-se o imigrante para a construção de uma pátria comum. Na Europa, não. Hospeda-se o estrangeiro durante o tempo suficiente para que dê a sua contribuição enquanto força de trabalho num determinado setor deficitário do sistema econômico. Nada mais se espera dele. Nada mais se espera que ele exija. O imigrante é reduzido às suas condições de mão-de-obra, “descarnado” de outros atributos sociais e humanos.

Esta concepção é cruamente veiculada na Alemanha a partir do próprio rótulo dado ao imigrante — *Gastarbeiter* — essencialmente identificado com a idéia de uma força de trabalho temporária ou de emergência. Em França, na opinião de alguns críticos, esta concepção é ideologicamente adoçada e sofisticada com teorias ligadas às necessidades de rejuvenescimento da população.

Mas é claro que, na prática, o imigrante ocupa espaços maiores, mesmo quando visto e tratado apenas como mão-de-obra, pois a partir da conjugação de seus objetivos e do que lhe é oferecido, ele cria ou recria o seu modo de vida, que começa com as condições materiais de existência. Na França, conforme colhi em depoimentos de emigrantes retornados, os portugueses viviam pelo menos até 1975, em péssimas condições, nas periferias das grandes cidades. Quando não estavam em alojamentos coletivos ou em bairros de barracas ou de latas (uma espécie de nossas favelas) — os famosos *bidonvilles* ou *macrobidonvilles* —, eles eram clientes do clássico *marchand de sommeil* (através da sublocação, garantiam um canto numa dependência de uma casa ou uma simples cama para repouso provisório). Examinados deste ponto, Odile Rabut (1973: 637) mostra que os portu-
gue-

ses estavam, nos começos dos anos 70, em piores condições dos que os demais imigrantes, a exceção dos argelinos e os negros africanos, diretamente alcançados por manifestações de racismo que os levavam a uma indifarsável situação de segregação. (4)

Estas condições materiais de vida, expressas pelas condições de habitação, resultam, em larga medida, de uma contabilidade muito simples, que é a pedra de toque do projeto do imigrante português: ganhar o mais possível, o quanto pode e, ao mesmo tempo, economizar o mais possível para formar um fundo de poupança a ser investido em seu país natal. Esta é uma parte muito significativa do projeto de emigrar que resultará numa grande influência não apenas sobre a própria vida do emigrante e de sua família mas sobretudo sobre a vida do seu país, conforme dados colhidos nesta pesquisa.

De outro lado, reduzir isto a resultantes diretas do plano de vida do imigrante, como querem alguns, é também simplificar a questão. Na verdade, independentemente da política imigratória que tenta discipliná-lo, favorecendo-o ou não, o imigrante é envolvido, desde logo, por uma série de subprodutos sociais e culturais que a sua simples presença física e seu estilo de vida — em última instância determinado pela sua condição de força de trabalho — desencadeiam no país e que são manipulados pelos diferentes segmentos da população nacional. Assim, em maior ou menor grau, numa ligação quase direta com suas características étnicas, os imigrantes são vítimas do preconceito, da discriminação, da segregação que tecem espécie de malhas que irão reduzindo substancialmente os seus limites de participação na sociedade hospedeira, fazendo-os sentirem-se marginalizados, sendo conceituados como marginalizados e, efetivamente, sendo alcançados pelo processo de marginalização (5). Assim, “à porta das Faculdades, inquietam; queimados vivos, servem de pretexto; nas cidades obstruem; nos bairros sociais ocupam lugares; na área de um município tornam o presidente da câmara impopular; concentrados vêm-se muito, dispersos encontram-se por todo o lado” (Soares Barata, 1973/74: 228).

Na Alemanha Ocidental, no Estado da Renânia do Norte (Vestfália), onde cerca de 40% da população é constituída de portugueses, foi realizada uma enquete na cidade industrial de Duisbur. Uma das conclusões, citada por Gil Pereira (1973: 190/191), foi a constatação de “uma nítida tendência para a formação de guetos, e por consequência, para os perigos desses resultados, porque... ‘os trabalhadores estrangeiros são cada vez mais levados pela população alemã a uma situação de evidente isolamento’”.

Tomadas no conjunto e reforçando-se mutuamente, as expectativas de retorno, a contabilidade de capitalização e as condições desfavoráveis de convívio com os naturais do país formam um bloco de fatores que atuam junto ao imigrante, fazendo-o construir um projeto de vida no qual está sempre

presente, e de forma quase obsedante, a volta — provisória ou definitiva — à terra natal.

Tentativas de fixar estas populações são feitas, a nível de novos enunciados da política governamental, buscando, ao que parece, não apenas humanizar o processo migratório, mas também procurando estrategicamente alcançar dois objetivos de ordem prática: primeiro, impedir e resolver problemas ligados a eventuais ou reais tensões sociais; depois, assegurar a permanência mais duradoura de uma mão-de-obra ainda indispensável à economia do País, através de uma política de fixação da segunda geração de imigrantes. Incorpora-se, desta forma, no painel ideológico desses países europeus, a ideologia da integração-assimilação, que é uma das características dos países de imigração do além-mar (6).

O CIRCUITO MIGRATÓRIO: O PAÍS DE ORIGEM

O fluxo migratório, como é óbvio, pressupõe a existência de dois pólos: um de expulsão, representado pelo país de emigração; outro de atração, expresso pelo país de imigração. É necessário que haja a convergência de duas vontades — social e politicamente construídas — para que o processo se efetive. Quando, por diferentes razões, um dos pólos se anula ou é anulado todo o processo é afetado: assim, quando esta anulação se dá em relação ao pólo de atração, o fluxo de população pode ser contido ou, o que é mais comum, ser reorientado para outras direções, estabelecendo desta forma, novo ou novos circuitos. No primeiro tópico deste artigo, foram examinadas em suas linhas gerais as características dos principais pólos de atração da corrente migratória portuguesa nos dias atuais: Alemanha Ocidental e, com maior destaque, a França. Neste segundo título, serão analisadas as características que marcam Portugal, enquanto pólo de expulsão de grandes levas populacionais.

A primeira constatação que pode fazer dessa corrente migratória em sua origem é que se delineia como parte de um processo mais amplo de deslocamento de população em níveis nacional e transnacionais. Soares Barata (1973/74: 67), comentando as eventuais ligações entre a emigração e o êxodo rural em Portugal, diz que “tudo indica que a corrente migratória atual para a França ou a Alemanha se forma em larga medida diretamente entre as áreas rurais de saída e os centros industriais e urbanos dos países de destino. Para a grande maioria não parece haver passagem prévia pelos centros urbanos e industriais portugueses. Mas é possível que nos fluxos internos entre uma larga parcela de deslocação a curta distância, por etapas, segundo o esquema identificado já por Ravestein. Há muitas indicações de que se formam importantes correntes internas, desde zonas rurais até Lisboa e à sua orla industrial a Norte e Sul do Tejo. E nisso trata-se de deslocação direta para um grande centro segundo um processo análogo ao da emigração

para o exterior. Mas parece plausível a hipótese de uma corrente de movimentação por etapas pelo menos em certas áreas mais urbanizadas, tanto ao Norte como ao Sul. É no entanto um problema que só um estudo específico, conjugando uma exploração minuciosa das estatísticas disponíveis com um inquérito direto em diversas áreas representativas, parece capaz de elucidar por forma convincente". Não conheço estudo que tenha se proposto a este objetivo. De qualquer forma, talvez se possa afirmar com relativa segurança que o fluxo migratório em Portugal se faz de maneira marcante no sentido da área rural para a urbana, o que lhe dá um caráter inequívoco de êxodo rural. Entre os censos 1960 e 1970, constata-se um decréscimo da população portuguesa que afeta todas as regiões, planos e distritos, exceto os Lisboa e Setubal (Região de Lisboa), do Porto e da Braga (Região do Norte) e de Aveiro (Região do Centro), que são os distritos mais industrializados e urbanizados do país.

Como hipótese, talvez se possa sustentar a idéia da existência de três tipos de movimento de população em Portugal, não necessariamente excluídos, mas todos obedecendo, em maior ou menor grau, o traçado rural-urbano: o primeiro seria o movimento migratório para o exterior; neste caso, Portugal — considerando a estrutura agrária do país e a origem rural dos migrantes — seria considerado ou identificado a mundo rural e os países de imigração identificados a mundo urbano. Nem sempre este movimento transnacional é de caráter espontâneo; às vezes, resulta de contrato direto entre governo e governo, principalmene quando o objetivo é a obtenção de mão-de-obra para trabalhos sazonais (7). O segundo seria um movimento migratório dentro das fronteiras do país, da periferia (rural) para o centro (urbano-industrial) ou do interior (rural) para as orlas marítimas (urbano-industrial). Inicialmente, o terceiro movimento, embora se dê um plano espacial, tem essencialmente um caráter de mobilidade no plano estrutural. Só a partir de um determinado instante é que este terceiro movimento ganha os contornos de migratório. Este processo é exemplificado pelos indivíduos que exercem simultaneamente funções rurais e urbanas. O tempo reservado a um e à outro tipo de atividade depende evidentemente do esquema de harmonização conseguido pelo trabalhador. Em geral, durante os dias úteis da semana, trabalha em atividades urbanas e nos fins de semana e dias feriados (em grande número no calendário português) dedica-se, com o resto da família, à faina agrícola; ou então, trabalha na cidade durante o expediente normal e depois vai completar sua jornada de trabalho diária em atividades no campo. Esta associação é facilitada pelas condições das estações mais quentes (primavera, verão, outono), quando o sol só se põe ao redor das 21,30 horas (8). Em Coimbra, entrei em contato com muitos funcionários públicos, moradores em aldeias próximas, que nas horas de folga iam para o trabalho da lavoura às margens do Rio Mondego. Este rio, não-perene, que provoca inundações durante o inverno, nas estações mais quentes tem seu volume de água drasticamente reduzido, deixando grandes extensões de terras em suas margens fertilizadas e, por isso, agriculturáveis. (O campo-

nês das margens do Mondego, numa demonstração de grande intimidade com o rio, o chama zombeteiramente de bazófia: tão pretencioso no inverno e tão inexpressivo a partir da primavera. . .)

Enquanto esta harmonização de tarefas rural e urbana se dá num contexto físico restrito, estamos, a meu ver, perante um processo de mobilidade no plano da estrutura ocupacional. Quando esta busca de complementação salarial se dá em espaços mais amplos, exigindo ausência cada vez mais acentuadas do trabalhador em relação ao seu núcleo residencial, este processo, sem deixar de ser de natureza sócio-estrutural, passa a fazer parte do movimento migratório interno. Em Lisboa, estive em contato com vários motoristas de taxi que haviam deixado mulher e filhos a trabalhar no campo e nas aldeias para desempenhar atividades melhor remuneradas na Capital. Segundo seus depoimentos, de tempos a tempos, voltavam ao "sítio" de origem, não apenas para visitar a família, mas para trabalhar também nas atividades agrícolas. O espaço de tempo entre um retorno e outro aumentava com a distância do local de trabalho urbano.

Embora cada um desses tipos de movimento populacional tenha suas próprias características, todos eles, em conjunto, resultam no final as mesmas conseqüências, que podem ser assim sistematizadas:

1. Esvaziam demograficamente as áreas rurais, criando certos vazios na paisagem historicamente construída. Encontrei numerosas aldeias praticamente desertas,, como por exemplo, na Serra do Lousã, onde segundo um velho "era um lugar de fantasmas" e a terra nada valia, pois tentara vender o seu talhão, com casa e tudo, por 20 contos e não achou comprador.

2. Aumentam rapidamente as concentrações humanas em áreas urbanas. Segundo os dados de 1970, na área urbana de Lisboa e do Porto viviam cerca de 3 milhões e meio de habitantes, perfazendo 40% da população portuguesa (Continente e ilhas). Como uma das conseqüências dessa concentração humana, é encontrada em Lisboa uma série de núcleos habitacionais espontâneos, praticamente com as mesmas características de nossa favela.

3. Afetam a própria paisagem construída com inovações trazidas dos países de imigração.

4. Afetam a vida da aldeia nos planos associativo e estrutural. É evidente esta influência sobre as estruturas de sexo e idade, a partir de qualquer observação superficial. Assim, estávamos em Vila Real, quando chegou um ônibus (caminhoneta) transportando gente para participar de manifestação política em praça pública. Era um grupo composto exclusivamente de velhos, mulheres e crianças. Significativamente, a convocatória distribuída pela cidade insistia no comparecimento dos aposentados.

5. Finalmente, afetam em vários níveis e sob múltiplos aspectos, o grupo familiar. É sobre estes aspectos que nos deteremos nas partes finais deste artigo.

FATORES RESPONSÁVEIS PELA EMIGRAÇÃO: AS CONDIÇÕES ESTRUTURAS E A TÉCNOLOGIA.

Grande parcela do fluxo migratório é formada por uma população ativa que não consegue ser satisfatoriamente absorvida pelas estruturas sócio-econômicas do país. São os excedentes populacionais, representados de forma expressiva, pelos segmentos mais jovens. Como tais, o seu aparecimento está relacionado com a capacidade de absorção de uma mão-de-obra posta em circulação dentro de uma estrutura com limitado grau de elasticidade. A figura do excedente populacional é construída, em última instância, pelas condições estruturais do país de emigração. A transformação do excedente populacional em migrante, virtual ou real, é, por sua vez, levada a cabo por um complexo mecanismo, onde se alinham peças de natureza estrutural, política, ideologia e psicológica. Cabe a este mecanismo transformar o excedente populacional em emigrante e, nesta condição, expulsá-lo das fronteiras do país natal (9).

Comentando as condições estruturais de Portugal, com base em dados do censo de 1970, Soares Barata (1973/74:61/62) afirma: "Globalmente, tem baixado na Metrópole a proporção dos activos do setor primário e aumentado em paralelo a proporção dos empregados na indústria e nas outras atividades. Mas,... ainda se está longe da estrutura da população activa que hoje se observa na Europa Ocidental. Na verdade, de todos os países membros ou associados da OCDE em 1970 apenas a Grécia com 47,2%, a Iugoslávia com 56,4% (em 1965/67) e a Turquia, com o valor extraordinário de 71,5%, tinham maior proporção de activos no setor primário do que Portugal", que exibia o percentual de 31,7%. Prossegue este autor: "Genericamente, verifica-se que, em regra, à medida que se afirma o processo de desenvolvimento económico a introdução de melhor técnica na agricultura conduz a aumentos de produção tais que, perante a pressão dos excedentes persistentes sobre a capacidade de consumo, o sector dispensa a pouco e pouco mão-de-obra, quer sob forma directa de saída de trabalhadores assalariados quer sob a forma de reorganização de atividades com baixa do número de empresários e concentração da produção nas empresas mais eficientes, capazes de alcançarem melhor qualidade a mais baixo custo. O que historicamente fez com que os diversos países mais avançados fossem a pouco e pouco conduzidos a uma situação em que com pouca mão-de-obra no sector primário asseguram largamente, a satisfação da procura interna de muitos produtos agrícolas e ainda podem fornecer qualidades relevantes para exportação... É sabido que em Portugal, porém, a agricultura está longe de produzir o suficiente para o mercado interno em muitas coisas essenciais, de modo que não é propriamente, em muitos casos, a pressão

dos excedentes agrícolas que faz sentir. São, antes, a baixa produtividade e as deficiências estruturais do setor que determinam as mediócras condições de retribuição do camponês, que procura vida mais farta fora da área de origem”.

Problematizar as características estruturais em termos de deficiências equivale, a meu ver, analisar, pelo menos, aspectos relacionados com a rede fundiária, o acesso à terra e as formas e graus de sua exploração, os salários e estrutura ocupacional, o padrão e os rendimentos da agricultura e com a tecnologia e o destino da produção. Todos estes aspectos, em conjunto, representam o elenco de fatores responsáveis pela expulsão dos excedentes populacionais.

A estrutura fundiária: o minifúndio

Simplificando um pouco a configuração da estrutura fundiária dos campos portugueses, costuma-se dividir o país em duas áreas: uma, a partir do centro-norte, com o predomínio dos minifúndios; outra, a partir do centro-sul, com o predomínio dos latifúndios.

Rodrigues de Carvalho (1973: 100), em trabalho de pesquisa realizado em Terras de Basto — área típica de minifúndios — mostra que, num total de 1.630 propriedades de uma aldeia, 1.2000 (19%) não alcançavam 1 hectare de terra; 4.680 (74,2%) estavam entre 1 e 5 hectares; 400 (6,3%) distribuíam-se entre 5 e 20 hectares e apenas 35 propriedades iam além de 20 hectares (0,49%). À falta de outros estudos, que permita generalizar com mais segurança estes dados, talvez se possa, pelo menos como hipótese altamente plausível, tomá-los como representativos das áreas de minifúndios de Portugal. Quem percorre estas áreas tem sua atenção atraída pelos espaços cultivados que se assemelham a colcha de minúsculos retalhos. Esses pequenos pedaços de terra — que às vezes servem de base econômica a um grande número de indivíduos — aproximam-se, pelas suas dimensões, dos lotes urbanos de cidades brasileiras.

A configuração do minifúndio está intimamente associada a padrões de herança dentro das famílias relativamente numerosas que, em duas gerações, podem dividir uma grande propriedade em minúsculos lotes de terra. À falta da instituição do morgadio, este padrão de herança retalha sucessivamente a propriedade, ao destinar pequenos lotes a cada filho, nem sempre em disposição contígua, o que pode levar cada herdeiro à posse de um ou mais de um pedaço de terra, em separado, dentro de uma mesma propriedade. Esta divisão — que fraciona e separa — é baseada numa busca de maior grau de equidade, pois parte do princípio de que uma propriedade, por menor que seja, tem vários tipos de solo que se prestam a diferentes tipos de cultura ou de exploração econômica. A equidade pede que cada pedaço de terra recebido em herança deva incluir os bons e os maus terrenos.

Estas considerações conduzem à discussão de dois tópicos: o da prática da agricultura no regime de minifúndios e a da indivisibilidade da terra, enquanto propriedade de uma família.

A agricultura no regime de minifúndio orienta-se por um padrão de cultivo, ligado por sua vez, a uma espécie de economia que, embora gerando excedentes para troca em pequena escala, é dirigida fundamentalmente para a subsistência. Assim, planta-se um pouco de tudo para se ter um pouco de tudo. Um terreno, por menor que seja, é subdividido em pequenos pedaços de terra destinados a diferentes lavouras. Assim, na Beira Baixa, região de transição entre a pequena e a grande propriedade, a policultura dos minifúndios evidencia-se pelo cultivo simultâneo de feijão, vinha, batata, centeio, trigo, verduras, frutas, alguns pés de oliveira e de pinheiro, tudo associado à criação de porcos, cabras e ovelhas.

O pequeno produtor rural vende o excedente de preferência nas feiras mensais, realizadas em datas certas nas cidades mais importantes do interior do país (em Coimbra, por exemplo, é a “feira do 23”, porque é realizada no dia 23 de cada mês). Há as feiras mais fracas e as feiras mais fortes, “mais valentes”, em função dos produtos colocados à venda e à troca e dos negócios realizados. Nas feiras, o aldeão vende principalmente animais: cabras, ovelhas, bois para canga e novilhas. Esses animais, dependendo da distância percorrida e dos recursos econômicos do vendedor, chegam às feiras “tocados” por um pastor ou transportados em caminhonetes, e, até em reboques. Em geral, pelo que pude deduzir de entrevistas, os meios de transporte e o excedente colocado à venda são resultantes de trabalho da família camponesa como unidade de produção: as caminhonetes são compradas pela família com o produto do trabalho assalariado, dentro ou fora do país, enquanto o produto comercializado é resultado do trabalho por conta-própria, nos interstícios da faina agrícola. A feira é um espaço de troca: vendem-se produtos e compram-se mercadorias — que estão ali sendo oferecidos e apregoados em altos gritos. Em geral, roupas feitas, calçados, móveis rústicos e artigos de selaria (O seleiro exhibe peças feitas e as fabrica aos olhos do cliente). Porém, a feira não é apenas um lugar de vendas e de compras, é também um local de encontros entre amigos e conhecidos, o que lhe dá um sentido muito especial no calendário da vida camponesa. Por isso, configura-se como uma espécie de dia de festa, muito esperado, muito desejado.

Visando garantir a preservação da propriedade indivisa, diferentes camadas da população em diferentes áreas rurais de Portugal, adotam fórmulas que compõem autênticas *lógicas internas* ao grupo e que pouco ou nada têm a ver com as proposições formais e jurídicas. Autores registram, como as mais frequentes, pelo menos quatro fórmulas, relacionadas com a escolha do cônjuge, com a idade de casar, com o controle da natalidade e com as partilhas desiguais da herança.

Willems (1955: 18) relata que, na Beira Baixa, o rapaz prefere casar com moça que receba, como herança, um lote contíguo ao dele. Jorge Dias (1953: 542) encontrou na sua pesquisa na Serra do Marão, o casamento tardio e até mesmo o celibato dos filhos varões. Neste caso, apenas um de cada família contrai casamento e assume a chefia da casa. Os demais emigram ou se agregam ao chefe.

O controle da natalidade, com apelo a vários métodos anticoncepcionais, é, ao que tudo indica, bastante generalizado por todo o país. José Cutileiro (1977: 143) encontrou-o na região alentejana e Jorge Dias (1955: 549/567/570) documentou-o em várias passagens de seu estudo. São os casais que, segundo depoimento registrado por este autor e dado por um ancião, “lavram a terra, mas não a semeiam”.

A quarta fórmula — partilha desigual da herança — reproduz informalmente a instituição do morgadio, pois beneficia apenas um ou alguns elementos da família, em geral, filhos homens. Embora contando com a cumplicidade de outros herdeiros, é pouco usada, pois representa potencialmente uma fonte de tensões e conflitos, admitida por todos os entrevistados, além de contrariar frontalmente disposições de ordem legal. Como se sabe, o regime liberal ao estabelecer, no último quartel do século passado, os princípios que definiam a posse da terra (pelo menos, até o “25 de abril”), aboliu o morgadio. A propriedade passou a ser dividida em partes iguais entre todos os herdeiros diretos, independentemente de sexo e idade.

A posse conjunta da mesma propriedade seria uma alternativa viável e juridicamente válida, mas os entrevistados demonstram sistemática relutância em aceitá-la, por considerá-la também virtual foco de tensão entre herdeiros ou co-proprietários. As discussões começam com a escolha do administrador dos bens herdados, pois não há qualquer princípio para esta escolha que seja estatuído ou tenha consistência na avaliação dos interessados, nem mesmo o da progenitura (pelo menos na área pesquisada).

O acesso à terra e a sua exploração

O Serviço Nacional de Estatística previa, antes das alterações formais do “25 de abril”, 3 tipos de empresas agrícolas: 1) empresas familiares perfeitas e imperfeitas. Na primeira modalidade, “o empresário e a família conseguem viver exclusivamente dos rendimentos da exploração” e na segunda, “o empresário ou os membros da família necessitam de trabalhos fora da exploração para suprir a insuficiência do rendimento desta”; 2) empresas patronais: individuais e societárias; 3) empresas públicas.

Em pesquisa realizada em 1970, Rodrigues de Carvalho diz que 32,4% das empresas (276.619) foram catalogadas como *familiares perfeitas* e 49,9% (425.812) como *familiares imperfeitas*; 17,6% (160.178), como *patronais individuais* e 0,1% (305) como *patronais societárias*; e 0,02%

(46) como *empresas públicas*. Este quadro mostra o alto índice de assalariados de origem rural, em funções rurais e urbanas, conforme já foi exposto. O censo de 1960 estipulava que da população em atividade na lavoura, apenas 20,24% (261.623) eram proprietários (independentemente do tamanho da propriedade), enquanto 79,8% (1.029.933) eram assalariados agrícolas.

Segundo a mesma pesquisadora, o percentual e o número de pessoas que exploravam as propriedades da aldeia Celorico da Serra eram o seguinte: 1.500 (55%) exploravam propriedades de até 1 hectare; 1.170 (43%), de 1 a 5 hectares; 40 indivíduos (1,6%), de 4 a 20 hectares e apenas 10 (0,4%) exploravam propriedades acima de 20 hectares.

Encontrei, em minhas pesquisas, trabalhadores sazonais e trabalhadores fixos, os primeiros são aproveitados quando há necessidade de maior volume de mão-de-obra, em geral por ocasião das vindimas. Há os que trabalham “a seco” e os que trabalham “a de comer” (para usar expressões usuais de empregados das regiões estudadas). Em geral, os salários estão mais ou menos no mesmo nível, exceto quando o trabalhador se dedica a uma tarefa que exige especialização, sendo a mais comum a da enxertia. Nestes casos, o salário costuma ser o dobro do salário do trabalhador comum.

Convivendo com os assalariados e pequenos proprietários que lavram a terra, encontrei também os arrendatários, subarrendatários, (os que arrendam dos que arrendam), os de parceria e os que conjugam duas e até três fórmulas de regime, sendo as mais comuns: conta-própria e arrendamento ou subarrendamento; conta-própria e parceria; arrendamento e parceria; conta-própria, arrendamento e parceria. Os únicos dados que consegui com relação à situação nacional foram publicados pelo INE — Inquérito Agrícola no Continente, Secretaria do Estado da Agricultura — Inquérito Agrícola e Floresta, de 1951, e citados na tese de Carvalho, feita em 1973. Na ocasião, a situação em todo o país era a seguinte: 525.335 pessoas (61%) trabalhavam por conta-própria; 131.320 (15,4%), como arrendatários e subarrendatários; 28.134 (3,3%), em regime de parceria. Nas formas mistas ou conjugadas, as estatísticas citadas para aquele ano são as seguintes: conta-própria/arrendamento — 133.187 trabalhadores (56,6%); conta-própria/parceria — 22.929 (27,7%); arrendamento/parceria — 5.795 (7,7%); conta-própria/arrendamento/parceria — 6.868 (8,2%).

Pude observar que não há normas claras que orientam esses arranjos, ou a exploração da terra através desses arranjos, o que torna difícil, nos limites desta pesquisa, dar um quadro mais preciso sobre o assunto. Transcrevo a seguir duas entrevistas. A primeira feita com um casal arrendatário na Beira Baixa, contém alguns elementos que poderão dar uma idéia de como vive este tipo de componês na exploração de um minifúndio. A

segunda foi feita com proprietário e arrendatário de pinheiral, em minifúndio da Beira Alta.

Primeiro caso. A propriedade não chega a um hectare e está localizada numa espécie de planície logo depois de horas de terrenos acidentados, montanhosos, a caminho do Alentejo, a alguns quilômetros de Monsanto “a aldeia de pedra”, considerada a mais típica de Portugal. É uma região, conforme já disse, de transição entre a pequena e a grande propriedade. O revestimento florístico da área não cultivada, é o *maqui*, vegetação degradada do revestimento florestal primitivo, do qual só sobrou a Azinheira, cujos frutos (bolotas) são destinados à comida dos porcos, mas que, eventualmente, depois de assados, podem servir de alimentação às pessoas. A casa é de pedra, típica da região, revestida internamente de adobe, com cozinha, quarto e pequena sala mobiliada com móveis rústicos. No corpo da casa fica o celeiro que, ao mesmo tempo, serve de estábulo à junta de bois que puxa o arado e os dois carros de boi. O estábulo não tem janelas e os bois ficam ruminando no escuro “para que os boisitos fiquem tranquilos, mansinhos no trabalho”. Grudados ao corpo da casa, à direita, fica o chiqueiro, onde três porcos se alimentam das bolotas; do lado esquerdo, um galinheiro com algumas aves poedeiras. No quintal, compondo a morfologia do terreno da casa, há magestosa e encorpada árvore de tília, remédio indispensável na farmacopéia popular, pois cura desde dores lombares até males da alma (sistema nervoso). À sombra da árvore, que é enorme, um pequeno e semi-estragado carro de boi, uma carroça (estilo mediterrâneo) e uma mula (besta, diria o nosso rurícola). Ao lado, encostadas ao tronco da árvore, as alfaias tradicionais: alfange, enxada, arado, rastelo etc. Mais ao fundo, compondo o terceiro ponto de uma figura geométrica próxima de um triângulo imperfeito, onde os outros dois pontos são a casa e a árvore, fica a nora (10), que não funciona pois está há muito danificada e sua reconstrução exigiria um capital que o arrendatário não tem e o proprietário não está disposto a gastar. Ao lado, há um pé de ameixeira que até às vésperas fora objeto de disputa entre o arrendatário e o proprietário, pois ficara fora do contrato: o arrendatário queria ter acesso aos frutos, mas não queria ficar com a planta, o proprietário insistia em vender-lhe a árvore. Finalmente chegaram a um acordo: o arrendatário ficaria com os frutos, pagaria ao proprietário a importância de 200 escudos e cuidaria da ameixeira.

Na soleira da porta, uma pequena ovelha amarrada está sendo cevada para ser vendida na feira da cidade mais próxima. Vez ou outra ela se defende de um cachorro, aparentemente mal alimentado, que serve de pastor para algumas cabras quando o arrendatário as leva em pastagens pelas vizinhanças.

A terra começa a ser cultivada quase na porta da casa. O arrendatário segue o calendário agrícola da região e os padrões de aproveitamento do solo dos minifúndios: plantam-se centeio, trigo (em menor quantidade),

milho, feijão, vinha e batata, associados ao cultivo do legume — onde a couve tem um papel importante — das frutas de estação e às criações. De cultura permanente, além das vinhas, apenas dois pés de oliveira e algumas macieiras.

Com os filhos emigrados, marido e mulher — já velhos — encarregam-se de toda a faina. Quando não dão conta do trabalho, por ocasião da vindima (o que é raro, dado o pequeno volume da produção), contam com a consagrada instituição da região — “ajuda com a ajuda” (forma de ajuda mútua próxima do nosso mutirão).

Pela exploração da propriedade, cuja extensão não sabiam ao certo, entregam ao proprietário, anualmente, “3 contos (três mil escudos), 15 arrobas de batatas e todas as frutas, exceto as da ameixeira, que fora objeto de um acordo em separado. Fica ao encargo do arrendatário todas as despesas e a conservação da propriedade. Tudo isto regulamentado em contrato oficial que, segundo o informante, lhe dava um mínimo de garantia de plantar e permanecer na propriedade pelo menos até a colheita dos frutos. “Foi o 25 de abril”, diz a camponesa, “quem deu o contrato. Antes, ficava só na palavra e nem todos sustentavam a palavra”.

Segundo caso. Portugal, de norte a sul, é praticamente recoberto de pinheirais que se dão bem com os terrenos pedregosos das montanhas, que tornam grandes extensões de terras impraticáveis para a lavoura. O pinheiral, além de fornecer a madeira para uso interno e para exportação para toda a Europa, produz a resina com que é preparada a água-raz, o verniz etc. A região aqui focalizada situa-se entre a Vila de Sátão e as freguesias de Redemoinho, Touro, Avelal e Queiriga, a uns 20 quilômetros de Vizeu, a capital da província de Beira Alta. O cenário é composto por uma agricultura muito condicionada pela variedade de microclimas que chega a separar dois tipos de cultura num espaço de apenas 8 quilômetros. Nota-se, de qualquer maneira, o cultivo do centeio (nas partes mais altas), do milho (nas partes mais baixas), das oliveiras, avelãs, vinhas e o extenso pinheiral recobrando as montanhas. O proprietário de um pinheiral o arrendava (alugava) a um resineiro, que lhe pagava anualmente 30 escudos por cada pé para ter direito à extração da resina. Por sua vez, o arrendatário empresariava a exploração do pinheiral, empregando “uma equipa” de coletores, preferencialmente constituída de mulheres, que se encarregava de sangrar as árvores (como fazem os nossos seringueiros), colher a resina e transportá-la sobre a cabeça em latões que se assemelham aos recipientes que, no Brasil, servem para acondicionar o leite que é transportado da zona rural para as usinas pasteurizadoras. A resina é levada até um certo ponto da estrada a dali é transportada por caminhões, para as indústrias de Vizeu. Alguns arrendatários, às vezes preferem subarrendar o seu pinheiral e assim surge a figura do subarrendatário de produtos da terra, e aparece mais um nível de exploração da força de trabalho. Naquele ano, o proprietário, e

com ele, os arrendatários e trabalhadores, haviam sido prejudicados por violento incêndio que liquidara praticamente com suas reservas, em outubro de 1979. A seu convite, fui ver a área incendiada. Eram grandes extensões de árvores carbonizadas, porém, ainda de pé. Segundo o informante, os incêndios lavraram em vários locais e mobilizaram os corpos de bombeiro e os trabalhadores rurais da área que defendiam “as suas vidas, os seus pertences e o seu ganho”. Depois de olhar pensativamente as árvores calcinadas, o proprietário deu o diagnóstico final: “Foi obra dos comunistas. Eles é que fazem isto”. Porém, na opinião de outro informante, “incêndios sempre se deram em Portugal, por causa dos pinheiros, que é árvore muito inflamável e por causa do verão muito quente. Uma coisa é certa: é criminoso; porém, não é comunista. Dois incendiários foram linchados pelos lavradores e os que escaparam do linchamento foram presos e admitiram estar a serviço de grandes madeireiras. Elas estimularam o incêndio, porque o pinheiro só queima por fora e fica com a polpa intata. Se ficarem em pé, aprofecerão. Então eles compram mais barato do lavrador. O Estado já estudando uma fórmula de indenizar os proprietários, evitando assim o golpe incendiário dos madeireiros”.

Ao que tudo indica, há outros fatores responsáveis pelos incêndios, como: forma de protesto de desempregados, vinganças entre famílias proprietárias, e, principalmente negligência dos carvoeiros artesanais. Como se sabe, o carvoeiro artesanal faz o carvão no alto da serra, ou seja, junto ao próprio pinheiral.

A estrutura fundiária: o latifúndio e as tensões no campo

No sul, a partir das fronteiras da Beira Baixa com a região alentejana, começa a predominância dos latifúndios que se apresentam sob a forma de propriedades produtivas — os “montes” — e de propriedades de lazer — as “coutadas” — territórios de caça. Os “montes” têm, em geral, uma configuração triangular, fechada, tendo como vértice a casa senhorial. Na Beira Baixa — região de transição entre a pequena e a grande propriedade — o latifúndio produtivo tem praticamente a mesma configuração, só que o terreiro é aberto, deixando a impressão, através desta morfologia, de uma propriedade menos ostensivamente particular e senhorial. Nesta área, pelo que pude observar, são cultivados predominantemente a oliveira, o trigo e o centeio, associados à criação de porcos, cabras e ovelhas (11).

Em geral, os latifundiários — absenteístas ou não — contam com uma força de trabalho representada por empregados fixos com suas famílias e trabalhadores sazonais ou eventuais, principalmente nas épocas da colheita (vindima), quando então, testemunhou um desses assalariados — “trabalha-se muito, dia e noite”. Pelo que pude deduzir de meus dados, o trabalhador eventual é uma espécie de subempregado na agricultura o que, guardando as devidas distâncias, o aproxima de nosso “safreiro”, porém, numa versão,

politicamente mais conscientizada e mais mobilizada, como aliás, se observa em relação a todos os assalariados rurais do sul de Portugal, notadamente do Alentejo (12).

Pelos depoimentos de um entrevistado, deduz-se que os senhores das grandes propriedades produtivas, em especial dos "montes", formam em vários níveis autênticas alianças de cumplicidade dentro dos muros de seus mundos relativamente fechados: "O homem, o patrão faz o filho na empregada. Quando percebe a besteira, leva a empregada para o senhor do outro "monte". O outro senhor, o outro patrão aceita, pois quando precisar e for a sua vez, receberá a ajuda do outro". Cutileiro (1977: 133) toca neste ponto, ao afirmar que "há homens casados que têm, ou procuram ter, ligações com mulheres solteiras; no entanto, nestas ligações amorosas, que decorrem no máximo segredo, tomam muitas vezes parte homens de família de latifundiários, contra os quais os irmãos da jovem se vêem, de qualquer modo, impossibilitados de agir frontalmente".

Este regime de propriedade e o estilo de vida a ela associado foram profundamente afetados pela "Revolução dos Cravos". Os empregados, organizados em cooperativas, invadiram e ocuparam as terras, apossaram-se das benfeitorias, da lavoura, da produção e da criação e expulsaram os proprietários, absenteístas ou não. Dentre as várias cooperativas, as mais ativas são as UCP's (Unidades Coletivas de Produção Comunitária), criadas e dominadas pelos comunistas. Com a retomada do poder pelas forças mais conservadoras, essa reforma agrária foi detida (ou disciplinada, como quer um político conservador) e procurou-se uma fórmula capaz de preservar as conquistas dos trabalhadores e os direitos dos proprietários que lavram a terra, distinguindo-os dos absenteístas. (O absenteísmo não é típico do latifundiário. Há também, e com grande frequência, o proprietário do minifúndio que não trabalha as suas terras e se beneficia de seus frutos.) Por esta fórmula, estabeleceu um complicado sistema de "pontuação" para garantir um "reservatório" ou "reserva" para o proprietário. Por este sistema são atribuídos pontos, entre outras coisas, à força de trabalho do proprietário, à qualidade e à extensão da terra cultivada, às benfeitorias, à criação, à lavoura e aos frutos da terra. Pelo número de pontos, define-se o "reservatório", sendo o resto da propriedade estatizado e entregue aos empregados, através das cooperativas.

Tudo isto cria na área um grande foco de tensão social e de sérios conflitos. Em geral, as tensões se formam em torno de acusações mútuas de desrespeito ao sistema de pontuação, onde entram o suborno e a corrupção. Sob o título — *Um goveno que incentiva, recompensa e hierarquiza a corrupção* —, o jornalista Miguel Urbano Rodrigues denuncia em *O Diário* (28/3/1980, p. 3) "a ofensiva criminosa montada por governos que recompensavam a corrupção dos funcionários incumbidos de roubar os trabalhadores".

Estas recompensas, segundo o jornalista, consistiam em gratificações mensais pagas a título de *serviço de campo* a funcionários do MAP (Ministério da Agricultura e Pesca) para pontuar e fazer a entrega das reservas do proprietário “em confraternização com bandos de agrários, caceteiros da CAP, forças da GNR, cães, etc.”. Por seu lado, os acusados, defendem-se acusando as cooperativas, em especial as UCP’s, de unidades ditatoriais, que estimulam a pilhagem desenfreada, a disputa selvagem e predatória da lavoura e dos produtos agrícolas. Ouvido nesta pesquisa, um “agrário” admitiu e justificou tal comportamento em termos de insegurança: “A disputa dos frutos é selvagem”, afirmou “pois quem está inseguro sobre o amanhã então procura transformar logo tudo em dinheiro. Por exemplo, o governo precisou baixar legislação regulamentando a espessura mínima da casca do sobreiro a ser tirada pois estavam extraíndo cortiças sem estar no ponto. Um antigo empregado meu procurou-me a queixar-se de que os pastores de ovelhas da sua cooperativa estavam vendendo o rebanho que pertencia aos cooperados e se apossado do dinheiro, sem vir a prestar contas aos outros”.

Os conflitos se dão quando os “invasores” não querem recuar e ceder o reservatório ao proprietário. Nesta hora, a Guarda Nacional Republicana (GNR) é chamada e aí se dá o entrevero. Esta notícia transcrita a seguir e publicada no *Diário de Coimbra* (29.5.1980, p. 6) ilustra muito bem o que se acabou de expor: “*Incidentes na zona da reforma agrária*”. No distrito de Béja técnicos do MAP, acompanhados por forças da GNR, desanexaram ontem duas reservas que estavam integradas em UCP’s do conselho de Mértola. Na UCP Freguesia sem Medo foi entregue uma reserva com a pontuação de 2.337 pontos aos herdeiros de Manuel Guerreiro Lança — segundo o secretário distrital de Beja das UCP’s e Cooperativas, este reservatório recebeu ainda gado e diversa maquinaria agrícola. Na UCP Boa União foi desanexada uma reserva, com 663 hectares e 43.181 pontos, a favor de José Rodrigues Palma Júnior. O secretariado de Beja referiu que se encontram detidos no quartel da GNR de Beja seis trabalhadores da UCP Poder Popular, de Albernoa, que aguardam envio a tribunal. Segundo a mesma fonte, os trabalhadores foram detidos sem ser em flagrante delito, após terem colhido alguns alhos numas fazendas individuais já entregues aos proprietários. Uma delegação de trabalhadores agrícolas reuniu-se ontem ao princípio da noite com o governador Civil do Distrito, a fim de expor esta questão.

Várias dezenas de trabalhadores agrícolas ficaram ontem feridos em recontros com forças da Guarda Nacional Republicana na região de Portel — anunciou o secretariado distrital Évora das UCP’s e cooperativas agrícolas. De acordo com a mesma fonte, os incidentes tiveram origem na recolha de frutos pendentes. O secretariado anunciou, por outro lado, que durante o dia de ontem, em todo o distrito, trabalhadores de 25 UCP’s e cooperativas agrícolas procederam à recolha de frutos pendentes como a lei clara-

mente determina, tendo-se verificado incidentes apenas em Portel. /30 trabalhadores agrícolas deram entrada no Hospital de Portel, na seqüência de recontros com forças da GNR — apurou-se junto daquele estabelecimento hospitalar. Os trabalhadores agrícolas pertencem à UCP ‘Catarina Eufémia’, de Portel. Segundo disse o delegado de saúde de Portel, Antônio Vidigal, os trabalhadores que deram entrada no Hospital apresentaram equimoses e hematomas ‘de certo modo grave’ no tórax e traumatismo cranianos, dois dos quais com perda de conhecimento. Por outro lado, um dos feridos disse que estávamos na sesta, na herdade dos Cavaleiros, que nos pertence, fazendo tempo para que recomeçassem os trabalhos de preparação de um olival, quando chegaram 2 ‘jipes’ da GNR, cujo elementos começaram a ofender e a espancar os trabalhadores. Segundo informações do secretariado, à preparação daquele olival estava relacionada com a recolha de frutos pendentes. Por outro lado, fontes próximas da GNR disseram que aquela corporação apenas tinham informações de que se estavam a verificar tentativas de reocupação de terras. O mesmo informador disse ainda que nas herdades em causa não havia quaisquer frutos pendentes para serem colhidos. Entretanto, os trabalhadores da UCP ‘Catarina Eufémia’ tencionam efetuar uma manifestação em Portel, às 18 horas, denominada Contra a repressão, de repúdio pelos incidentes ontem ocorridos”.

Provavelmente haja certo exagero na pintura dessa situação, pois os grupos radicais de esquerda manipulam-na, e às pessoas nela envolvidas, para montagem de movimento de massa por todo país, dentro de um esquema de pressão contra um governo reconhecidamente à direita. Mesmo com os necessários descontos, tudo isso cria um clima de grande tensão entre os agricultores, assalariados ou não, estimulando a emigração. Não tenho dados para estabelecer relação direta entre esses elementos conjunturais e o eventual aumento da corrente migratória. Entrevistei alguns agricultores envolvidos direta e indiretamente nesta situação e todos demonstravam grande preocupação em fugir desse vaivém frustativo e desgastante através da emigração para a França. Dois cooperados estavam aguardando cartas de trabalho a ser enviadas por parentes emigrados. Um terceiro enumerou vários colegas que foram ao exterior “a monte” (expressão que designa a migração clandestina), exemplos que iria seguir dentro de algum tempo, se as coisas não melhorassem (13).

A tecnologia

A enxada manejada por mulheres e crianças e o arado puxado pela junta de “boisitos” vermelhos e conduzidos invariável e silenciosamente pelas mulheres simbolizam a associação histórica da técnica tradicional com o trabalho humano na preparação das terras para plantio ou nos cuidados com a lavoura. Por ocasião das vindimas, mesmo as técnicas mais rudimentares competem, sem êxito, com as mãos humanas, que se multiplicam, graças aos trabalhadores sazonais e a “ajuda com a ajuda” (14).

A substituição das técnicas tradicionais por mais modernas, eficientes e racionais, tem sido, em Portugal, difícil e lenta. As dificuldades explicavam-se pelas características fundiárias, pelas condições desfavoráveis dos solos e, naturalmente, pelas exigências econômicas (facilidades creditícias e alto nível de investimento).

As condições fundiárias desfavoráveis às técnicas mais complexas estão mais associadas ao regime de minifúndios. Um professor contou-me uma experiência da qual participou, como filho de agricultor, que ilustra bem isto: o governo português resolveu estimular na região do Minho a adoção de técnicas mais racionais de agricultura. Em reunião com os aldeões, um técnico explicava as vantagens do uso do trator. Um aldeão fez-lhe ver a impraticabilidade da proposta tendo em vista o tamanho do seu terreno: o trator, ao ser manobrado, fatalmente invadiria as terras do vizinho. Mesmo o proprietário de mais de um lote — e isto é comum — enfrenta dificuldades, pois, no geral, os lotes estão separados e a mudança constante de uma máquina mais pesada e mais complexa, traria problemas de várias ordens, sem falar na perda de tempo.

Ligado a isto, há as condições dos terrenos. Com excessão do Sul, a partir do Baixo Alentejo onde os terrenos são arenosos e planos, pode-se dizer que todo Portugal é um país montanhoso e pedregoso. Isto se traduz em constantes e laboriosas conquistas de espaços cultiváveis. Por exemplo, na região de Trás-os-Montes, são poucas as áreas cultiváveis, devido à Serra do Marão. As lavouras, feitas nos fundos dos vales, disputam palmo a palmo o seu espaço com a rocha. O mesmo aproveitamento de fundo dos vales pode observar na região montanhosa de Beira Baixa, onde são construídos pequenos aterros (balcões) para se evitar a erosão. Esta peleja por espaços agriculturáveis nota-se também na orla marítima de Viana do Castelo (Minho), onde a lavoura chega até onde chegam as águas do mar.

Comentar as condições econômicas implícitas na adoção de maquinaria moderna envolveria a manipulação de dados que não cabem nos limites deste estudo. Rodrigues de Carvalho, em sua já citada tese, encontrou nas aldeias que estudou, duas fórmulas que contornam tais dificuldades econômicas: na primeira, um trator e uma debulhadora que pertenciam a “um que não trabalha na terra, mas que se dedica a fazer o aluguel da máquina ao agricultor. O pagamento é efetuado à hora (100 escudos em 1973)”; na segunda fórmula, “os agricultores se agrupam e compram em conjunto o seu trator; os alugam também”.

Como a emigração acarreta diminuição da mão-de-obra, que não é compensada pela adoção de novas técnicas, a produção tende a cair. Segundo a autora acima citada (p. 89), dois recursos têm sido adotados: 1) toda a família, constituída na sua maioria por mulheres, velhos e crian-

ças, vai para o campo (em uma propriedade de apenas alguns metros, contei 9 pessoas trabalhando: 2 velhos, 5 mulheres e 2 crianças de tenra idade); 2) a exploração tradicional da propriedade é substituída por outra mais rendosa e que exija menos trabalho. Nas citadas aldeias, associou-se a agricultura à criação do gado leiteiro.

FATORES RESPONSÁVEIS PELA EMIGRAÇÃO: O "FASCÍNIO PELO URBANO"

O ato de emigrar, enquanto encobre êxodo rural, deve ser visto dentro de um contexto bipolarizado, como resultante da atuação convergente de duas forças: de um lado, o pólo da expulsão, do qual já se falou; de outro, a força que deriva do pólo de atração, que é simplificada-mente identificada com o "fascínio pela cidade". O fascínio pela cidade não é apenas representado, como quer uma reflexão muito econômicista, pela maior vantagem de remuneração; é muito mais amplo, e deve, a meu ver, ser entendido como uma atração por um estilo de vida, no qual se inclui necessariamente básica busca de melhores condições econômicas. Mas não se esgota nesta busca.

Talvez se possa ensaiar algumas explicações para a atração que o camponês sente pela cidade, pela "civilização": a primeira série de explicações é de ordem histórico-geográfica, e a segunda, à falta de melhor rótulo, de ordem psicológica.

É provável que um dos grandes responsáveis por tal fascínio seja, paradoxalmente, o relativo isolamento geográfico que tem historicamente distanciado o homem rural português dos centros mais urbanizados. Fechados nos limites de suas aldeias, sem poder dispor de recursos comparativos que o levariam a representar mais realisticamente mundos mais distantes, sobrou-lhe o caminho da idealização do estranho, do outro. Mesmo nos dias atuais, é fácil surpreender em várias regiões, especialmente ao norte, manifestações deste isolamento ou apreender os fatores por eles responsáveis. Por exemplo, tentei ir a uma aldeia situada a uns 10 quilômetros de Vila Real, capital de Trás-os-Montes, e não consegui, porque não havia ônibus e os táxis se recusaram a fazer a viagem, alegando a impraticabilidade das estradas, mesmo em plena primavera. (Imagino, isto, em época de neve). Aliás, as dificuldades de transporte pelo interior de Portugal ainda são muito grandes, determinadas principalmente por uma estrada-de-ferro (rede-de-combóios) deficiente e por estradas rodoviárias precárias, a maioria de caráter vicinal, todas estreitíssimas e muito sinuosas — inexplicavelmente sinuosas, mesmo quando cortam planos e planícies. As "caminhonetas", exibindo a mesma falta de conforto dos ônibus urbanos de uma cidade brasileira, levam 8 horas para ir do Porto a Vila Real, distância de aproximadamente 130 quilômetros. Isto, aliado às condições econômicas desfavoráveis, ajuda a preservar o isolamento, pois dificulta as viagens pelo país, exceto as de

caráter migratório. Neste sentido, é muito ilustrativo o depoimento de um emigrante português no Brasil que, em Lisboa, me dizia ser aquela a terceira vez que visitava a “terra”. Saira de Portugal com 17 anos, sem nunca haver posto calçados nos pés e sem nunca haver colocado os pés fora de sua aldeia, nas proximidades de Penacova, nos arredores de Coimbra. A representação que fazia de Portugal era construída com o que conhecia de sua aldeia. Por isso, quando os brasileiros, que não conheciam Portugal, diziam que seu país era feio e atrasado ele admitia “com muita dor por dentro”. Nas duas primeiras visitas não alterara seu ponto de vista porque não saíra de sua aldeia. Desta vez, um parente emigrado na França voltara com carro e ele conhecera todo Portugal. Estava admiradíssimo com que havia visto. Agora, diz ele, “brasileiro que disser que português é burro e o país feio e atrasado vai levar o troco nas fuças com as fotografias que estou levando de volta” .

As manifestações culturais do isolamento geográfico e, com estas, o que parece ser o seu contraponto — o fascínio pela civilização — são documentadas até no discurso mitológico. Assim, o Padre Nunes Pereira colheu na aldeia de Fajão, próximo a Pampilhosa da Serra, nas fronteiras montanhosas com a Espanha, numa série de contos sobre o passado imemorial da comunidade (15). Desta série, transcrevo a seguir quatro contos que, a meu ver, expressam bem o que acabei de referir, tal como os ouvi pessoalmente do seu recolhedor:

1º conto. “Antigamente os de Fajão não sabiam o que era a verdade. Orientados pelo almocreve, mandam-na buscar a Coimbra pelo oficial de diligências, em vasilhames de cerâmica.

Como não conhecia os sábios professores de Coimbra, os estudantes enganam-no e o recebem como se fossem os tais. Devolvem-lhe o pote cheio de merda e recomendam-lhe que só o destampe na aldeia. Lá, todos se reúnem para ver a verdade. O pote é aberto e todos dizem — parece que é merda! O oficial de diligências examina o conteúdo do pote, e confirma: — É Verdade!”

2º conto. “Antigamente os habitantes da aldeia não conheciam a foice. Para ceifar o trigo, era preciso quatro lavradores: um colocava o cepo, outro dobrava o centeio sobre o cepo, o terceiro ajustava o formão e o quarto o martelava. Um dia chega à aldeia de Fajão, o almocreve. Ao ver aquilo, se admira muito e promete aos aldeões um “bichinho” para ceifar com rapidez. E por 30 mil réis e uma carga de presuntos, vendeu-lhes uma foice e ensinou-lhes a usá-la. Como os lavradores não sabiam manejar bem a foice, ao ceifar o centeio cortaram a cabeça de um deles. Com a pressa de colarem a cabeça, deixaram-lhe a cara para o lado das costas. Por isso cada vez que se encontrava com outro morador da aldeia, este lhe dizia: Ô compadre, eu não nunca sei se vais ou se vens!”

3º conto. “Antigamente em Fajão havia lobos nas montanhas a atacarem as ovelhas e as cabras. Os de Fajão não sabiam como liquidar os lobos, até que um almocreve apareceu na aldeia transportando mercadoria num velho burro. O almocreve ensinou aos aldeões como acabar com os lobos, com o auxílio de seu velho animal. Vendeu-lhes o velho burro por 30 mil réis e uma carga de presuntos”.

4º conto. “Antigamente os moradores de Fajão sabiam como fazer funcionar o moinho de trigo, mas não sabiam como fazê-lo parar. Um dia, chega o almocreve e fica muito admirado ao ver que o cura da aldeia, ao invés de estar dizendo a missa, ficava sentado na boca da calle para o moinho parar. Então por 30 mil réis e uma carga de presuntos, o almocreve ensinou os aldeões de Fajão outra técnica, que usam até hoje, de pejar o moinho”.

Independentemente de outros conteúdos, destaca-se, nestes contos, o papel do almocreve quebrando as fronteiras do isolamento da aldeia, com mensagens urbanas, colocando-a em conexão com o mundo civilizado de fora. Examinado desta perspectiva, o almocreve cumpre o papel de *herói civilizador*, desvendando aos olhos dos aldeões a existência de outras dimensões da vida com muita coisa a lhes ensinar, a lhes servir de modelo (16).

Nos dias atuais, o almocreve é substituído no papel de doador de novas fórmulas culturais pelos mecanismos de comunicação de massa onde a televisão se destaca na transmissão de mensagens mais convincentes a respeito de outros mundos, de outras terras, de outros costumes. E, naturalmente, dentro de um contexto seletivo que permite ao aldeão, quando não lhe sugere, as mais ousadas idealizações da realidade. Durante esta pesquisa, a televisão transmitia uma novela brasileira tendo como temática situações vividas por personagens da zona sul do Rio de Janeiro. Na hora da novela tudo parava. Como me disse um entrevistado: nesta hora pode-se entrar na casa do aldeão e levar o que quiser que ninguém percebe. Todos — donos da casa, vizinhos e até empregados — estão vendo a telenovela. A maioria dos entrevistados ao saber da minha condição de brasileiro, referia-se entusiasticamente ao estilo de vida propagado pela novela, “onde tudo era divertimento, roupas bonitas e ninguém trabalha?”. Este Brasil seduzia o camponês. E para ele, a zona sul do Rio, estilizada pela novela, era expressão real de todo Brasil, talvez ainda *uma meta de emigração*. (17)

Estas considerações nos levam a tratar o fascínio pela cidade como parte de uma espécie de complexo de inferioridade nacional, que consiste na atitude que leva o português comum a comparar o seu estilo de vida com os de outros países, especialmente nos dias atuais, aos dos países mais adiantados da Europa e chegar à conclusão de que são muito atrasados.

Paralelamente, ao desejos de eliminar este distanciamento do resto do continente, nota-se nesta admiração, a busca de uma identidade europeia, constantemente colocada sob dúvida, que se confirma quando se ouvem variações interrogativas em torno de uma pergunta constante: "Já que estás em Portugal, porque não aproveitas e vais para a Europa?" É uma pergunta que expressa a velha idéia de que a Europa, a verdadeira Europa, só começa depois dos Pirineus.

Dentro deste painel psicológico, compreende-se o anseio do português pobre em emigrar para uma França ou uma Alemanha Ocidental, e se enganar em modelos de vida de sociedade europeias mais desenvolvidas, da Europa transpirenáica. Compreende-se, também, a conduta do emigrado, que ao retornar, procura recriar o seu espaço e orientar a sua conduta a partir de referencial copiado do país hospedeiro.

A CONSTRUÇÃO SOCIAL E CULTURAL DA VONTADE DE EMIGRAR

Mesmo considerando o ato de emigrar um ato de natureza social não se pode negligenciar, a não ser por razões de ordem metodológica, um componente psicológico representado pela vontade do homem em sair de sua terra na busca de melhores condições de vida. Seria também ingenuidade conceituar esta vontade como uma expressão psicológica, que flui do estoque natural das reações humanas, desenraizada das condições estruturais e culturais do país. Enfim, a vontade que desencadeia o processo de emigrar, é uma reação psicológica fabricada por mecanismo sócio-cultural. Em Portugal — como de resto, ao que tudo indica, em todos os países de emigração — este mecanismo é construído a partir das forças de expulsão e de atração. Com relação a Portugal, não encontrei a mesma sofisticação do mecanismo que encontrei na Itália, referente à política emigratória. Não encontrei nem mesmo a publicidade direta que a toda hora e em todos os lugares dizia ao homem italiano: "Emigre, emigre, emigre". Em Portugal encontrei, em contrapartida, de forma diluída, um eficiente esquema ideológico que convence os homens a emigrar através de um processo de "naturalização" do fenômeno: emigrar não é um ato de violência contra indivíduos e populações em nome de uma política econômica que procura resolver problemas nacionais; é um ato que faz parte natural da vida e das coisas, por isso nada tem de excepcional. A nível de um tipo de reflexão mais próximo do científico, conforme pude obter em entrevistas com alguns intelectuais, esta "naturalização" do fenômeno se dá a partir de "um modelo mediterrâneo para emigrar" ou, principalmente, a partir de uma vocação atávica do povo português, pois está no seu sangue e está na sua história. Foi graças a este atavismo que Portugal levou a cabo as grandes navegações e os grandes descobrimentos e pode, durante séculos, manter-se como nação colonialista, dentro de uma política de branqueamento e aportuguesamento de seus domínios. Projetando países africanos, o Alto Comissariado Vicente Ferreira escrevia em sua *Política de colonização da África*: "uma verdadeira nação,

constituída por população branca, de preferência portuguesa: um segundo Brasil, ou melhor, um terceiro Portugal”. Hoje, cada português que emigra está sendo impelido pelo mesmo sangue da raça que, no passado, construiu os heróis da nacionalidade, em verdadeiras cruzadas históricas de colonizar, de civilizar outras terras, outras gentes. Dentro deste contexto de racionalizações, que além de tornar natural ainda heroifica o ato de emigrar, as vontades se cristalizam e transformam cada português num emigrante real ou virtual.

O RETORNO

“Nunca, através duma emigração que remota ao século de Quinhentos, os portugueses buscaram novas terras de trabalho e residência com a idéia preconcebida do regresso; porém, a partir dos anos cinquenta do nosso século, a emigração para a Europa veio contrariar aquela verdade histórica. (...) Parece-nos, com efeito, incontroverso que, tradicionalmente, o português sempre emigrou para uma nova casa, isto é, para uma ‘nova vida’, para um esforço de construção do seu eu e do seu mundo. E fê-lo independentemente das causas que o levaram a expatriar-se, algumas delas muito comuns a qualquer emigração, como sejam de ordem econômica, social ou política, e outras já peculiares, tais como uma atração atávica por novos mundos e um certo gosto pela aventura” (Gil Pereira, 1973: 180). Este texto de um estudioso da emigração portuguesa, além de documentar as discussões das páginas anteriores, levanta duas idéias, que no fundo estabelecem comparações entre a emigração para o além-mar e a emigração para o continente europeu. A primeira, muito discutível, baseada muito mais numa formulação ideológica do que num juízo de realidade, nega lugar no projeto do emigrante para o além-mar ao desejo de retorno ao país de origem. Todos os estudos realizados sobre este tópico no Brasil em relação a imigrantes italianos, japoneses, alemães etc. mostram claramente que não há nos planos originais do estrangeiro a intenção de se fixar definitivamente no novo país. Para todos, a imigração é um ato temporário e a volta à Pátria é o destino final e acalentado. Não conheço, em relação aos portugueses, estudos nesse sentido feitos no Brasil (18). Todavia, é difícil sustentar a tese de que, comparados aos demais estrangeiros, os portugueses tenham um comportamento diferente, principalmente se tomarmos a história da colonização brasileira e certos autores como testemunhos. Jorge Dias, em várias páginas de seu estudo sobre Rio de Onor, documenta a existência de retornados do além-mar e tece considerações sobre os reflexos da emigração na mentalidade e poética popular. Para este autor quando o português emigra “sai o corpo, mas a alma fica dentro da casa, ou pastorando rebanhos imaginários”. Citando Jayme Cortesão (*O que o povo canta em Portugal*), registra que “navega-se para o Brasil no fito do enriquecimento, na ânsia de negocios chorudos e rápidos, impossíveis nos acanhados

horizontes económicos da metrópole. Por isso, as mulheres que ficavam à espera dos ausentes cantavam:

Deus te leve a Pernambuco
E venhas de lá tão rico,
que El-rei da Dinamarca
não possa igualar contigo”

Por sua vez, Serrão faz referência aos “brasileiros de torna-viagem”, que no século XIX, impõem-se na paisagem física e humana de Portugal. Recentemente, Bonilha entrevistou retornados “brasileiros” em aldeias da Freguesia de São Pedro do Alva, próxima à Coimbra.

A vista destes dados, talvez seja aceitável a idéia de que a emigração para o além-mar envolve uma série de dificuldades devido à distância e ao investimento económico que o retorno, definitivo ou temporário, se torna quase impossível.

A segunda idéia do autor é de que, em contraposição ao homem que emigra para ficar, aparece, a partir da década de 50, o emigrante temporário, que parte para voltar. É sobre este novo emigrante que iremos nos deter nesta análise.

Há duas espécies de retorno, que não se excluem: o temporário, em geral, durante os meses de férias; o definitivo, que começa sendo preparado desde o instante em que o emigrante deixa a terra e continua sendo montado, de longe, no país hospedeiro. Quase sempre, como se verá, os regressos temporários, em épocas de férias, constituem partes deste mecanismo de preparação da volta definitiva.

Na sua já citada pesquisa, Rodrigues de Carvalho mostra que os emigrantes que remetem dinheiro à família que ficou (pois nem todos o fazem), o remetem com os seguintes objetivos (ordem prioritária): 1) para pagar dívidas; 2) comprar terrenos para construir suas casas, procurando rodeá-las com quintal; 3) adquirir terrenos para lavradio; 4) depositar em bancos. Como resultado, o interior de Portugal teve sua paisagem tradicional completamente alterada com a construção de centenas e centenas de casas tendo como modelo as casas rurais da Alemanha e, principalmente, da França. Essas construções, acabadas e semi-acabadas, alteram a paisagem e quebram o ritmo de vida de aldeias estagnadas há séculos. São casas assobradadas, em geral com três pavimentos, pintadas em várias cores, o que contrasta visivelmente com o tradicional casario branco e as sóbrias casas de pedras das aldeias portuguesas. Embora estas casas (chamadas na Beira Baixa depreciativamente de *maison des fenêtres*) estejam espalhadas por todo o Portugal rural, notadamente nas províncias centrais, parecem rarear em Trás-os-Montes e nas proximidades do Alentejo.

Em geral, estas casas, devidamente mobiliadas e cuidadas por parentes, permanecem fechadas o ano todo. A maioria é aberta para acolher

os proprietários em suas férias em Portugal. Uma parte permanece fechada até o dia em que o seu dono resolva ou consiga voltar definitivamente para a terra.

As informações que obtive sobre essas construções permitem-se apresentar o seguinte quadro: o emigrante compra um pedaço de terra, de preferência na sua aldeia de origem (onde está a sua parentela), ou o que é mais comum, nas suas redondezas. Como em geral o imigrante é empregado em construção civil, aproveita sua experiência profissional para, com a ajuda de colegas emigrantes, e eventualmente de assalariados da área, ir construindo aos poucos a casa durante as sucessivas férias anuais. Às vezes, num mesmo talho são construídas sucessivamente várias casas para membros da mesma família. O material é comprado em Portugal e fica estocado à espera do uso. Os móveis da casa quase sempre vêm do exterior. Em média, só depois de 10 anos de emigração é que o homem está em condições econômicas de investir na construção da casa, embora o terreno seja comprado logo no início de sua emigração.

Ao nível de uma representação apressada e generalizada, bem aceita entre os que ficam, esta ânsia de construção da casa é vista como necessidades ligadas à reafirmação de *status* do emigrante que sai pobre e volta se considerando rico. Na verdade, esta legitimação de *status*, através da ostentação de casa própria, não explica tudo. É preciso levar em consideração também as precárias condições da casa do rurícola pobre português aliadas a padrões organizatórios e a territorialidade do grupo familiar.

Em minhas pesquisas pude perceber que, em determinadas regiões, essas casas vieram substituir os casebres humildes, cuja cobertura era de colmo (espécie de sapé) ou de ardósia (popularmente chamada lousa) e cujas paredes eram de pedra (xisto ou granito) (19). Álvaro Cunhal (1968: 56 a 64), baseado em inquéritos acadêmicos e oficiais e em suas próprias experiências mostra o grau de precaridade das casas rurais portuguesas, taxando-as de as “sepulturas da vida”.

Ao lado da necessidade ou de busca de conforto, a construção da casa está presa também ao padrão de neolocalidade da família nuclear rural portuguesa, que leva a cada casal o desejo de construir “a sua casa” independente da de seus pais. De preferência, esta casa será construída nas proximidades da casa do pai do marido ou do noivo, configurando assim uma espécie de territorialidade parental, definida neste nível físico, ao que parece, prioritariamente pelo princípio da patrilocalidade.

Apesar — e por causa — de todas as críticas que insistem em representar os atuais emigrantes como desfiguradores de um cenário deste sempre português, é preciso ter em mente que, em larga medida, esta paisa-

gem documenta arquitetonicamente fases mais marcantes de diferentes surtos migratórios.

Joel Serrão mostra como o “brasileiro” criou toda uma arquitetura em várias regiões de Portugal, até o final do século passado, e de como isto era então interpretado negativamente, da mesma maneira como ocorre com os “poluidores estéticos” de hoje. Nesse sentido, Guilhermino Cesar (1969) aponta a captação preconceituosa pela ficção portuguesa de toda problemática de aceitação-rejeição do “brasileiro” — seu estilo de vida, sua visão de mundo. Ainda, em pesquisa relativamente recente, Bonilha (1975:10), referindo-se à morfologia de uma aldeia próxima de Coimbra, diz que “quebrando o estilo e o padrão de distribuição espacial das antigas construções, repontam, aqui e acolá, afastadas do núcleo principal, as edificações modernas no fundo verde dos campos de cultura balizados pelos muros de pedra. São as casas de ‘brasileiros’ e ‘franceses’”.

Todavia, na representação corrente de hoje em Portugal, o “brasileiro” é uma figura diluída, muito distante para incomodar. Em seu lugar, impondo a sua presença, estão agora os “franceses”.

Como são recebidos em Portugal esses emigrantes que alteram a paisagem, que dão demonstrações ostentatórias de alto poder aquisitivo, que às dezenas, centenas, aos milhares invadem literalmente os campos e as cidades portuguesas, congestionam as precárias estradas portuguesas com carros estrangeiros, amontoam-se nos combóios com crianças e malas, enchem bares, restaurantes, praias? De forma ambivalente. Ao mesmo tempo que são aceitos são também agredidos. Talvez sejam mais agredidos do que aceitos. São depreciativamente chamados de os “avec”, os “bâtiment” e os “vacances”. É preciso ter-se muito cuidado com os “vacances”! A eles são atribuídos os aumentos do custo de vida, a poluição da paisagem, os acidentes de trânsito e uma série de outros inconvenientes. De seu lado, como me confidenciaram vários emigrantes, o “vacance” precisa tomar muita cautela com duas coisas: com a inveja dos que ficaram na aldeia e com a exploração econômica de que é vítima. Pelos dados que colhi, parece que o retornado revela preocupação maior com a inveja, que poderá comprometer a sua saúde e interferir negativamente em seus planos materiais de vida. Só que a inveja e o sortilégio a ela associado estão contidos nos limites da aldeia. Fora, quando emigra, está livre desses malefícios, por isso os amuletos são praticamente deixados de lado. São, porém, recolocados quando ele retorna à dinâmica da vida comunitária.

No tocante à exploração econômica é fácil observar que há sempre dois preços: um para o residente; outro para o emigrante. Aliás, há um discurso específico dirigido ao emigrante e através do qual se nota a sua consistência como categoria social na vida portuguesa. Em repartição pública, no comércio, no banco, há sempre um indicativo orientando o seu comportamento ou delimitando o seu lugar. A própria publicidade, ao

se aproximar o período de férias, envia mensagens especiais para o emigrante, chamando sua atenção para liquidações, para a excelência de determinados produtos e para as vantagens de certos negócios. Talvez se possa concluir que da mesma maneira que no exterior teve que construir o seu espaço de imigrante, em sua volta a Portugal, ele precisa reconstruir o seu espaço de retornado numa sociedade que faz tudo para ele sair e tudo faz para ele não voltar, pelo menos em definitivo.

A FAMÍLIA E A EMIGRAÇÃO

Pelo menos de início, o fluxo migratório para o continente europeu, embora composto de pessoas casadas e solteiras, caracterizou-se basicamente por ser do tipo individual, com forte predomínio de indivíduos do sexo masculino. Como vimos, os próprios motivos que faziam os países de imigração abrir suas fronteiras aos estrangeiros funcionavam como crivo seletivo, dando as características das levas migratórias. A partir do final da década de 60, há acentuada tendência de estabilização do número de emigrantes que é acompanhada “de uma importante mudança de característica. Os volumosos efectivos de homens jovens, que antes compunham larga parte das correntes migratórias, são agora substituídos por mulheres e crianças. As correntes tornam-se assim substancialmente correntes da manutenção. Perderam o ímpeto de expansão que antes as caracterizava. São agora alimentadas sobretudo pelo processo de junção das famílias” (Soares Barata, 1973/74: 192). Assim, segundo esse mesmo autor, de 1970 a 1974, entraram em França 148.800 familiares de emigrantes portugueses já radicados no país, o que confere a este grupo nacional o maior volume de entradas de familiares comparado a imigrantes de outras nacionalidades. Rodrigues de Carvalho, no seu estudo de duas comunidades rurais, encontra os seguintes dados: dos 526 emigrantes, que saíram das aldeias, 93% eram do sexo masculino e 7%, do feminino. Do grupo masculino, 77% eram casados e 23%, solteiros; do feminino, só 9% eram casados. Dos 1.150 filhos (com idade inferior a 14 anos) dos 77% de homens casados, 47% já se encontravam na França com os pais e 53% ainda permaneciam em Portugal. Apesar deste fluxo da família 92% dos 77% de emigrantes casados planejam voltar para a terra “depois de se enriquecerem”. Atrás desta mudança das características da corrente migratória portuguesa está, como vimos, a nova política francesa de busca de fixação de mão-de-obra que ainda lhe é importante. Uma política econômica do país de imigração que afeta diretamente os grupos familiares do país de emigração, primeiro tirando-lhe os indivíduos mais produtivos, social e biologicamente, depois, tentando atrair os demais membros dos grupos familiares para reorganizá-los em França. Muitos emigrantes aproveitaram as facilidades para levar a esposa consigo, deixando os filhos com parentes ou em internatos. Segundo um professor universitário, “muitos colégios internos particulares decadentes refloreceram em Portugal graças a isso”. Mas de qualquer maneira, os

campos portugueses são “terras sem homens e sem jovens”, ou pelo menos são terras defasadas de homens e de jovens, com o predomínio de mulheres, velhos e crianças de tenra idade, a indicar desequilíbrio na estrutura de sexo e de idade dos grupos familiares. São desequilíbrios que os afetam em vários planos organizatórios, comprometendo-os ainda em seu esquema de reprodução social e biológica. Na opinião de Rodrigues de Carvalho “os indivíduos partem, empregam o vigor de seus braços noutras paragens, roubando ainda, do seu torrão natal, os filhos que, em breves anos, lhe poderiam dar o seu trabalho além de uma nova descendência”.

Isto tem um significado muito relevante quando se detém nas características etárias da população portuguesa detetadas pelos censos de 1940, 1950 e 1960 e, também, pelas estimativas referentes a 1980. Tais estatísticas comprovam que, num plano a que se poderia denominar de macro-estrutural, a emigração associada à queda da taxa de natalidade responde por progressivo processo de envelhecimento populacional, ainda que no contexto europeu Portugal esteja na retaguarda do processo, relativamente distanciado dos países mais industrializados. (Oliveira Pereira, 1967: 23 a 56).

A Família como Unidade de Produção

O próprio Serviço Nacional de Estatística em sua nomenclatura de empresas agrícolas, reconhecia, através dos dois tipos — *empresas familiares perfeitas e imperfeitas* —, a importância, quantitativa e qualitativa, da família camponesa como unidade de produção. Os dados que obtive em campo confirmam esta importância, porém destacam a grande margem que sobra aos seus membros, independentemente de sexo e idade, para uma atuação econômica individualizada dentro do grupo, e destaca também, a não atuação desta unidade de produção como unidade de consumo. Nestes dois pontos, a família rural portuguesa se distancia da família camponesa italiana que tive a oportunidade de estudar. De qualquer maneira, todos os membros do grupo familiar trabalham com acentuado compromisso com a manutenção do grupo. Quer trabalhando exclusivamente nos limites dos domínios domésticos — como nas *empresas familiares perfeitas* —, quer trabalhando fora do grupo, em atividades urbanas ou rurais — como nas *empresas familiares imperfeitas* — quer trabalhando em atividades de subsistência, quer em atividades que produzem excedentes; quer trabalhando como emigrante, no interior do país ou no exterior. Esta última afirmativa coloca em cena a discussão em torno dos laços e dos graus de compromisso que o emigrante mantém com o resto da família através dos anos. Neste caso é muito difícil, com os dados que consegui coletar, separar os fatos das versões correntes. As expressões mais consistentes da persistência desses laços estão na compra de terrenos e na mudança da paisagem, através das construções de casas melhores para a família. Por isso, limito-me a reproduzir os dados recolhidos por Rodrigues de

Carvalho e as entrevistas que realizei, notadamente, nas áreas de minifúndios. Aquela pesquisadora, comentando a remessa de dinheiro para membros da família que ficaram em Portugal e as aplicações prioritárias dessa remessa, afirma que 27,9% dos que emigraram solteiros não mandam dinheiro à família, ao passo que apenas 2,4% dos casados não fazem tal remessa. Por estes dados, nota-se que, compreensivelmente, os elementos solteiros têm menores compromissos com família do que os casados, ainda que, com sua saída, a família perca um elemento importante, às vezes essencial, para a sua manutenção.

Por sua vez, as quatro entrevistas transcritas a seguir falam da experiência de quem vive tais situações:

(1ª entrevista, com uma senhora camponesa jovem) “Meu sogro emigrou há 30 anos para o Brasil. Deixou os filhos ainda miúdos: minha cunhada, rapariguinha de um ano; ‘meu homem’ (meu marido) tinha 2 anos. Meu sogro nunca mais voltou. Escreve dizendo que vem em São João, que vem no Natal, que vem na Páscoa. Sempre a escrever, mas não veio, nem a passear. Ele não conhece os filhos e os filhos não o conhecem. No Brasil, ele tem uma amiga, mas arranjou esta amiga depois de velho. Ela também é velha. Então não têm filhos lá. Só os daqui. Não sei por que não vem. Mora no Rio. Em minha aldeia, conheço homens que deixaram a rapariga logo depois do casamento e cá nunca mais retornaram e nem mandaram dinheiro. Lá fora arranjam amigas, têm outra família. E a mulher permanece cá: não é viúva, não é solteira, ainda tem que cuidar dos filhos. Meu sogro ainda é bom. Manda dinheiro. 1 conto, depois de meses ou de anos, manda uns 5 contos. Manda presente. Mandou-me uma blusa e para o Natal mandou-me umas pulseiras. Agora parou de mandar por que brigou com meu marido. Ele não queria que o filho fosse guerrear em Africa, em Angola, e ele foi. Ele queria que filho fosse ao Brasil”.

(2ª entrevista, com uma senhora de meia idade) “Eu morava no Porto, onde meu marido tem uma casa de peças de carro. Meu marido é de Barcelos, de uma aldeia perto de Barcelos. Ele era pequeno, bem miúdo, quando o pai emigrou para o Brasil e deixou minha sogra cuidando de tudo. Ele tinha uma casa na aldeia. Lá, no Brasil, ele virou a cabeça e não mandou mais dinheiro. As dívidas aumentaram e a casa foi à praça, foi leiloada. Um senhor a arrematou. Algum tempo depois, meu marido saiu da lavoura, foi pró Porto e melhorou de ganho. Depois tornou a comprar a casa que foi da família, reformou-a e nós nos mudamos do Porto para a aldeia de Barcelos. Nesse tempo, minha sogra, coitada, já havia morrido de tanto trabalhar’.

(3ª entrevista, com camponês de 40 anos, da região do Minho) “Meu pai emigrou para o Brasil deixando minha mãe com 3 filhos, o menor com 3 meses e o maior com 3 anos. Ficou 25 anos longe, mas sempre

mandava dinheiro. Minha mãe chefiou a família, não foi para a casa da mãe dela como muitas fazem, ficou sozinha cuidando dos filhos e trabalhando na propriedade. Quando eu fiz 17 anos, meu pai me chamou para conhecê-lo. Fui ao Brasil e fiquei com meu pai, que era proprietário de uma garagem de automóveis, durante 7 anos. Virei também emigrante. Depois de 25 anos, meu pai retornou para casa e eu retornei com ele. Vim para ficar um aninho ou menos. Acabei casando e, com família, não posso mais voltar. Meu pai saiu pobre daqui de Queiriga e hoje tem terras e casas que nos compramos com o dinheiro que ele mandava. Toda a minha família trabalhava na terra, antes. Hoje já tenho alguns primos na cidade: um deles é médico em Vizeu. Quando meu pai voltou para casa era como um estranho. Minha mãe era uma estranha para ele e ele era um estranho para ela. Demorou anos para nos acostumarmos com ele. Quando meu pai retornou, todos o respeitavam, mas os filhos obedeciam à mãe, pois ela foi sempre o nosso pai e a nossa mãe. Em Portugal, ao pai, respeitava-se; mas à mãe, venerava-se. O meu irmão menor, aquele de 3 meses, assim que cresceu, emigrou para a Alemanha, onde é mecânico da Mercedes. Ele já está construindo 2 casas, perto da casa de meu pai. Uma é para si, quando casar; outra é para alugar ou vender. Minha irmã é empregada doméstica em França, ganha só para ela e não manda dinheiro para a família”.

(4ª entrevista, com mulher de origem rural, solteira que “não casou para ajudar a família que é pobre e trabalha na terra”. Por esse motivo, trabalha como garçonete numa mesma pensão, próximo de Coimbra, há 40 anos) “Os homens emigram, deixam a família. Os homens de minha família que foram para o Brasil não voltaram mais e nem mandaram dinheiro. Os que foram para a Europa emigram, deixam a família, mas voltam todos os anos. Tenho parentes emigrados há mais de 20 anos e estão sempre indo e vindo. A mulher fica como toda a responsabilidade de casa e fica com o trabalho do marido na lavoura. Ela limpa, planta e colhe. A mulher é que é a vítima. Cuida dos miúdos. Quando o filho cresce, também emigra e deixa a mãe. Alguns primos meus emigraram para a França e reuniram dinheiro para mandar buscar meu tio no Brasil, que não tinha dinheiro para voltar. Ele voltou velho e imprestável. Se os homens ficassem, não encontrariam trabalho e ganhariam muito pouco. Agora estão voltando alguns parentes meus que emigraram porque já há trabalho para o artista em Portugal, porque há muitas construções. A mulher que fica não é viúva, não é solteira. Não pode ir a lugar algum, não vai a festas porque falam mal dela. Parece a uma morta. A emigração é uma coisa muito triste”.

Durante a pesquisa, um jornal noticiou um caso trágico, que comovia e revoltava as pessoas a quem eu transmitia a notícia. Os homens

reprovavam o comportamento dos responsáveis pela tragédia e as mulheres, na sua totalidade, descarregavam uma grande carga de ressentimentos contra os homens de um modo geral: “Uma mulher com três filhos menores tentou ontem o suicídio, jogando-se com os miúdos nas linhas do combóio, no que foi impedida por trabalhadores da rede. A esses trabalhadores a camponesa disse que estava passando fome com os filhos, pois o marido emigrou e nunca mais deu notícias e ela não tinha com o que sustentar a família”.

OS ARRANJOS ORGANIZATÓRIOS E A POSIÇÃO DA MULHER

Não encontrei em Portugal, ou pelo menos nas áreas em que pesquisei, a réplica da família extensa italiana, composta de várias famílias nucleares, obedecendo a princípios de patrilocalidade e patrilinearidade e que, sob a chefia de um *capo*, se definia como unidade de produção e consumo. Esta é um tipo de família, onde a mulher tem um espaço bem delineado na divisão do trabalho, e que, na ausência do *capo*, é dirigido por um dos filhos homens, de preferência pelo mais velho (*maggiorascato*) ou pelo mais novo (*minorato*). (20) A família camponesa que pude conhecer em Portugal é do tipo conjugal ou nuclear, pouco numerosa, tendo idealmente o pai como chefe da casa e orientada pelos padrões de neolocalidade e bilinearidade, pelo menos a partir da nomeação formal. Quando o homem se ausenta — por morte ou por emigração — quem assume a chefia da família é sempre a mulher, independentemente da existência de filhos varões em condições de fazê-lo. Este arranjo talvez seja uma fórmula histórica na organização familiar daquelas áreas, mas sem dúvida alguma resulta da emigração, ou está muito associada a este fenómeno até porque a história de Portugal dos últimos séculos se confunde com a própria história da emigração. Mesmo que o pai esteja emigrado, o filho, ao chegar à idade adulta, quando não casa e separa a sua família, também emigra. Se solteiro, deixa a mãe na chefia; se já casado, deixa a mãe chefiando a família de orientação e a esposa, a família de criação. A resultante é sempre a mesma: a mulher assume a direção da família e como tal assume os papéis femininos e masculinos dentro do grupo. Quando a mulher, privada do seu “seu homem” não pode ou não quer assumir as responsabilidades da família, o grupo assume um arranjo diferente que deixa à mostra o princípio da matrilocidade. Este padrão se revela ainda claramente em mais duas situações: quando um novo casal não tem condições económicas para se manter ou morar independentemente, e quando a mulher sem marido — por morte ou abandono (transitório ou definitivo) — não tem condições de ficar com os filhos. Na primeira e na segunda situações, as famílias nucleares se agregam à família de orientação da mulher ou buscam auxílio de preferência com a parentela da mulher; na terceira situação, os filhos são colocados aos cuidados dos avós maternos.

A mulher rural portuguesa quase sempre vivendo dentro esses arranjos, não tem, como a italiana, o seu espaço definido no contexto familiar. A partir dos domínios domésticos, onde é absoluta, ela ocupa praticamente todos os espaços, dentro de um desenho organizatório, onde a divisão do trabalho é sempre deformada. Por isso, a mulher trabalha tanto em Portugal! Invariavelmente trajada de preto, dos pés à cabeça, com pernas e braços musculosos e mãos calejadas até a deformação, a mulher camponesa é um ser onipresente na paisagem rural (21). Quem percorre os campos portugueses, topa a todo o instante, em todos os lugares, com a mulher e o trabalho intimamente associados. Dentro de casa, quando não está fiando e tecendo em teares velhos e remendados ou preparando o vinho e o azeite no lagar, ela cuida dos filhos e dos animais estabulados e fabrica os derivados do leite. Fora, ao relento, é vista lavrando e semeando as terras, colhendo os frutos, ceitando o trigo e o centeio, sozinha ou junto com o homem, no mesmo pé de igualdade, fazendo o mesmo trabalho. Nos pinheirais, transporta à cabeça latões de resina para o carregamento dos caminhões e, nas estradas, é vista equilibrando, sempre à cabeça, pesados fardos de produtos da terra ou levando as juntas de bois para casa ou para a feira. Nas pastagens, desde criança, pastoreia pequenos grupos de ovelhas, cabras e até porcos (22).

Quando assalariadas (em geral começam a trabalhar como tal ao redor dos 13 anos) (23), a despeito de praticamente fazerem o mesmo trabalho dos homens, seu salário em geral está entre 30 a 40% abaixo do que o de seus parceiros masculinos. Em certas regiões, como nas zonas altas da Serra do Marão, só a partir de 1955, segundo depoimento de R. Carvalho, em pesquisa já citada, o trabalho feminino na lavoura passou a ser remunerado: até então a mulher trabalhava a troco da "manutenção". Tal diferença salarial se mantém até os dias de hoje, até onde me foi possível documentar, apesar de, em certas regiões, com o aumento do fluxo migratório da década de 60, os salários terem sido aumentados, e este aumento ter beneficiado percentualmente mais a mulher do que o homem. Assim, segundo essa pesquisa, na região do Minho houve neste período um aumento de 74% para o trabalho masculino e 200% para o feminino. Na Serra do Marão, esse aumento foi, respectivamente, de 200% e 350%, no mesmo período.

Apesar de assumir praticamente todos os papéis produtivos do homem na unidade familiar e no plano do trabalho, a sua condição de mulher limita a sua participação em outros planos da vida social, que não seja o religioso. Esta limitação já é histórica e nasce da concepção que se tem do papel da mulher numa sociedade que se rege desde sempre por padrões androcêntrico. Como me confidenciou um padre de aldeia da região minhota: "Estou todos os dias a chamar a atenção dos homens da aldeia do modo como estão sempre a tratar a mulher como uma escrava. Quando é noivo ou está a namorar, ele anda com a mulher por todos os lugares.

Quando casa, faz dela uma escrava e coloca-a dentro de casa, a trabalhar, sempre a trabalhar. Só ele tem o direito de sair. Agora sai até para tomar 'as bicas' — (café), um costume que antes não havia nas aldeias". Esta opinião é compartilhada por uma aldeã da Beira Atlântica: "Comecei a trabalhar com minha mãe, na lavoura, aos 13 anos. Meu pai emigrou e ficamos nós a trabalhar no lugar dele. Casei-me. Meu marido não emigrou. É mecânico na cidade. Eu trabalho o dia inteiro: cuido dos miúdos (são quatro), faço trabalho de costura e cuido sozinha da lavoura, queimando-me ao sol. Quando meu marido chega, ainda acha que não trabalho. Mostro-lhe meus braços e meu rosto feios porque estão queimados do sol. Não estão brancos e bonitos como os das mulheres da cidade. Mas ele sai e não me diz nada. Aqui a mulher é a escrava do homem" (24).

Essa limitação ganha contornos novos com a emigração colocando a vida da mulher num plano de contradição, do qual aflora com mais nitidez a situação de iniquidade a que está submetida. Enquanto o homem emigra, ela assume a responsabilidade da casa e carrega sobre seus ombros uma responsabilidade maior, que é a preservação da família através do cultivo de sua respeitabilidade. Isto a obriga a sair dos limites domésticos em papéis masculinos, sem poder em contrapartida participar de situações sociais (festas, bailes etc.), onde seria naturalmente bem recebida em companhia de "seu homem" (25). Neste contexto, o comportamento da mulher sem marido — emigrado ou morto — é submetido a um rigoroso sistema de controle social que se define pela vigilância característica de contatos primários de uma comunidade aldeã; pelo sistema de arranjos familiares com o apoio da parentela; pela permanência da mulher no mesmo sítio e, finalmente, pelo controle paroquial do cura da aldeia. Na opinião de um destes, "a emigração aumentou o volume de nosso trabalho. Nas férias, os emigrantes voltam para fazer casamentos e batizados. Nas ausências dos maridos, é preciso cuidar das mulheres, com admoestações severas. Tem havido muitos problemas morais, muitos casamentos desfeitos e muitas dissoluções de vida de família. A emigração é muito trágica. Estraga com a família. Há muitos casos de infidelidade, mas a igreja trabalha contra isso. Por isso não há, nesta aldeia, nenhum caso de concubinato. Mas sabemos de muitas coisas feitas às escondidas, não às claras. Há mulheres levianas que usam o dinheiro que o marido manda para seduzir os outros homens".

O verbo *seduzir*, não entra no discurso do padre por acaso. A associação entre sedução, encantamento e mundo feminino é muito estreita e se revela sob múltiplas formas, o que permite ao analista perceber a representação ambivalente que se tem da mulher. Ela é ao mesmo tempo fonte de muitos bens e fonte de muitos males, ambigüidade que a torna um ser potencialmente perigoso, que convém domesticar. Daí as demonstrações públicas da subalternidade da mulher a partir de uma ritualização e simbolização que marcam ostensivamente as diferenças estruturais entre os dois sexos.

A reação da mulher a esta domesticação se dá através de duas fórmulas que, ao mesmo tempo, justificam e reforçam a sua representação como ser ambivalente, desenhando desta maneira uma espécie de círculo vicioso. A primeira consiste na progressiva vitalização de um sistema feminino de dominação, com a ocupação dos espaços deixados pelo homem ausente. A impressão que fica ao pesquisador é que ela vai se infiltrando, pouco e pouco, nas fendas e rachaduras das estruturas de dominação masculina, minando-a através das práticas do cotidiano e assim construindo, sob o androcentrismo da vida social, um autêntico criptomatriarcado. Este começa a se esboçar no valor excepcional atribuído à figura na mãe; na tendência da mulher em exercer as funções de tesoureira, que controla toda as despesas da família, inclusive as do esposo; nos padrões de matrilocidade e até mesmo de matrilinearidade, pois embora, no plano formal, a nominação se dê a partir da linha masculina, nota-se a frequência do padrão matronímico, tanto entre as camadas baixas (Willem, 1955: 28), como entre as altas (Cutileiro, 1977: 176), do mundo rural. Esboça-se, também, no sistema de comunicação inter-aldeias, que é antes de tudo, feminino, onde o homem — mesmo presente — é uma figura relativamente apagada. Por fim, este matriarcado ganha força institucional com as numerosas famílias produzidas pelo histórico processo de emigração, que são as famílias sob chefia feminina.

Pode-se perceber que em Portugal rural é muito comum a crença de que a mobilidade ascensional de indivíduos ou famílias só pode se dar como resultante de um golpe de sorte; nunca, ou dificilmente, pelo trabalho laborioso. É a forma simplista de percepção de uma ordem social recorrente, que se reproduz sem surpresas, monótona e cansativamente, desde século, desde sempre. Golpe de sorte designa desde a oportunidade de emigrar até o encontro de tesouros escondidos, passando pela emigração bem sucedida e pelos ganhos especulativos. Para alcançar isto, o indivíduo precisa ser amparado ou ajudado por esquemas e mecanismos que se encontram, não no plano da estrutura social, mas nos domínios da magia, dos poderes sobrenaturais, que são por excelência os domínios da mulher. E desta maneira se configura a segunda fórmula de reação da mulher contra a sua domesticação nos limites de uma estrutura social formalmente dirigida para e pelo homem.

Neste caso, é através da manipulação de poderes sobrenaturais, da manipulação do sortilégio que se dá a infiltração sutil do poder da mulher nas estruturas formais de dominação masculina. O sortilégio é gerador de uma força imponderável que *pode* colocar em risco a ordem social historicamente instituída. A maneira como se manifesta esta força perigosa está diretamente ligada ao ciclo etário da mulher. Assim, ao nascer, é sinal de infortúnio, pelos problemas de ordem moral e financeiro que a filha mulher coloca à família. Quando moça, *pode* seduzir os homens e comprometer o código moral da comunidade. Sua conduta de-

vassa *poderá* ser responsável até mesmo pela decadência histórica de uma vila (Cutileiro, 1977: 134). A sedução *pode* transitar do plano das mulheres reais para o plano das mulheres mitológicas, onde passa a encarnar a figura misteriosa da moura encantada, que conhece os segredos dos tesouros escondidos e escolhe o felizardo a quem irá revelá-los, a quem irá enriquecer (26).

Quando envelhece, *pode* se transformar em bruxa e como tal passa a conviver com feitiços, mal olhados, figuras sobrenaturais e a dominar os mistérios de fazer o bem e de fazer o mal. Graças às suas ligações com os santos, *pode* proteger e curar o corpo e a alma e *pode*, ainda, aplainar ou obstruir os caminhos da sorte. Com suas benzeduras, amuletos e outros recursos mágicos *pode* ajudar mas *pode* também prejudicar as pessoas. Por isso são tão temidas, chegando mesmo em certas aldeias a serem sistematicamente evitadas. Jorge Dias (1955: 301/302) mostra muito bem isto em Rio de Onor, onde os homens usam amuletos para neutralizar a ação maléfica das velhas e evitam passar pelos seus caminhos, principalmente, quando vão à caça. Por seu lado, Cutileiro (1977: 363/379) dedica em seu já citado estudo de uma vila alentejana, capítulos especiais sobre este aspecto da vida da mulher, principalmente das relações das velhas com os santos.

É esta situação, da qual demos alguns fragmentos, que faz com que haja nas mulheres uma carga muito grande de ressentimentos contra os homens, conforme as entrevistas transcritas deixam perceber. E é este amplo painel — composto por histórica ausência do homem e desenhado não só pela dialética do ressentimento mas também por tons de tristezas —, que inspirou Rosalia de Castro, poetisa do final do século passado, um poema escrito no dialeto espanho-galego, linguajar popular do Minhos.

“Este vaise y aquel vaise,
e todos, todos se van;
Galicia, sin homes quedas
que te poidam traballar.
Tês, em cambio, orfos e orfas
e campos de soledad,
e nais que non teñen fillos
e fillos que no tén pais.
E tês corazón que sufren
longas ausencias mortás,
viudas de vivos e mortos
que ninguém consolará.”

NOTAS

(1) — Agradeço o apoio recebido dos Professores Drs. Manuel Laranjeira Rodrigues de Areia e Henrique Coutinho Gouveia (Universidade de Coimbra) e do Dr. Antonio Salgado (Museu Tavares de Proença), sem o que não teria realizado esta pesquisa. Agradeço, também, o Prof. Célso Alves que, no Brasil, facilitou minha viagem, contornando empecilhos de ordem burocrática.

(2) — Alguns autores fazem distinção entre emigração e colonização, como dois processos distintos responsáveis pela diáspora portuguesa. Creio que há nesta distinção critérios de ordem ideológica que merecem ser discutidos. (Joel Serrão. *Emigração portuguesa*, Lisboa, Livros Horizontes, s/d: pp. 51/57 e 108).

(3) — Há 5 tipos de regimes fundamentais em França: a) o regime geral ou comum; b) o regime especial dos membros da CEC e de países celebradores de acordos particulares; c) o regime dos trabalhadores argelinos; d) o regime dos naturais de países africanos de expressão francesa; e) o regime excepcional, que regula a entrada e permanência dos refugiados e exilados políticos. V. Menie Grégoire. *Politique française de l'immigration*. *Esprit*, abril 1966: p. 575.

(4) — Os *bidonvilles*, principalmente os localizados nos arredores de Paris, começaram a desaparecer a partir de 1973, substituídos por edifícios populares (HLM). Pepe Diniz documentou fotograficamente as condições de vida nessas versões francesas de nossas favelas em belo trabalho. Cf. *Kids of Francmisin*, LUTA, 1978).

(5) — Sobre marginalidade dos imigrantes em França: Juliete Mincez, *Les Travailleurs Étrangers en France*; H. Celik, *Les Travailleurs Immigrés Parlent*. Paris, 1970.

(6) — Por exemplo, na França, o IV Plano de Desenvolvimento Econômico e Social prevê melhores condições de vida material, assistência escolar a filhos de imigrantes e medidas que favorecem a imigração das famílias do trabalhador.

(7) — Carlos H. Serrano observou este tipo de contrato governo-governo, na Suíça, em 1966 (informação pessoal).

(8) — Willems documentou esta tendência de associação entre o trabalho urbano (industrial) e as atividades agrícolas em todos os países europeus onde o "trabalho industrial assalariado se estabelece como padrão". Cf. Emilio Willems. Mudanças estruturais-funcionais em comunidades campesinas de cinco países europeus. *Revista de Antropologia*, vol. 8, nº 2, p. 130. São Paulo, dezembro de 1960.

(9) — Não se pode desprezar a hipótese de uma relação direta entre o incremento da emigração ao redor de 1963 e os reflexos da guerra colonial (Angola), em 1966. Além de criar instabilidade nas colônias africanas, fechando-as como alternativa para escoadouro da população da metrópole, ainda a guerra colonial fez com que a própria emigração se constituísse numa forma honrosa de a geração jovem, em idade militar, escapar da convocação (veja o depoimento na página 136).

(10) — A nora e a picóta (espécie de nossa caçamba) são os recursos mecânicos através dos quais se obtém mais comumente a água no mundo rural português.

(11) — Cutileiro distribui a população ligada a atividades rurais no Alentejo, em 3 categorias: 1) trabalhador ou seareiro (que não possui terras); 2) proprietário (trabalhadores "suficientemente abastados para que não tenham que trabalhar nas terras de outrem e possam dar trabalho a outros homens na sua propriedade"); 3) lavrador ou latifundiário (abastados proprietários de herdades). Segundo este autor, "a noção de latifúndio varia de região para região. No Alentejo, todo aquele que possui terras com mais de 500 hectares recebe o nome de latifundiário" (pp. 8 e 63). Sobre o estilo de vida do latifundiário alentejano, seu comportamento político e sua auto-representação (v. p. 59). José Cutileiro. *Ricos e pobres no Alentejo*. Lisboa, Sá da Costa, 1977.

(12) — Jordão Netto, A. Tentativa de classificação dos conceitos de migrantes, trabalhadores temporários e trabalhadores volantes. *Documento Técnico* 4, pp. 8/9. São Paulo, Secretaria da Promoção Social, 1976.

(13) — Ao imigrante em França dentro do regime comum, como é o caso do português, para poder trabalhar e permanecer no país, são exigidas a *carte de séjour* e a *carte de travail*, que comprova um contrato ou promessa de trabalho.

(14) — Encontrei em diversas regiões de Portugal diferentes tipos de arado. Jorge Dias, baseado em suas pesquisas, enfeixa esta variedade dentro de 3 tipos: 1. mediterrâneo (ao sul do Tejo); 2. radial simples (nas Beiras e Trás-os-Montes) e 3. germânico (na faixa litoral). Jorge Dias. *Rio de Onor — comunitarismo Agro-pastoril*. Porto, Instituto para Alta Cultura, 1953: p. 41 (nota 53).

(15) — Até a época desta pesquisa, esses contos não haviam sido publicados. O Padre Nunes Pereira reproduziu-os em forma de Xilogravura, tendo à guisa de legendas, algumas frases sintetizando os contos.

(16) — “O herói civilizador propriamente dito (*culture-hero* dos ingleses; *Heilbringer*, *Kulturbringer* ou *Kulturheros* dos alemães) é portador ou inventor de elementos culturais de ordem material ou técnica; atribui-se-lhe a invenção de armas e utensílios, de processos agrícolas etc.” Egon Schaden, *A Mitologia Heróica das Tribos Indígenas do Brasil*. Rio de Janeiro, MEC, s/d, p. 33.

(17) — Operam em Portugal, 6 estações de rádio e uma de televisão — a RTP. Pelas estatísticas de março de 1980, estavam registrados em todo o país “1.127.000 televisores a preto e branco e 700.000 a cor”.

(18) — Cf. Mauro Cherobim, Bibliografia do Grupo Ibérico (I e II). *Boletim de Estudos Sociais*. Avaré, Fundação Regional Educacional de Avaré, Janeiro de 1973: (pp. 59/89) e junho de 1974: (pp. 205-228). Dentre as raras e mais recentes pesquisas sobre a migração portuguesa, cf. 2 trabalhos de José Fernando Martins Bonilha: Análise Sociológica da Emigração numa Aldeia Portuguesa. *Departamento de Ciências Sociais, Boletim nº 4*. Presidente Prudente, FFLCH, (1975). A Contribuição Minhota no Contexto da Emigração Portuguesa para o Brasil. *Bracara Augusta*, tomo XXXIII, Fasc. 75-76. Braga (Portugal), Janeiro/dezembro de 1975.

(19) — *Arquitetura Popular em Portugal*. Lisboa, Edição da Associação dos Arquitetos Portugueses, 1980.

(20) — Sobre os princípios do majorato (*maggiorascato*) e do minorato, consultar, respectivamente: João Baptista Borges Pereira. *Italianos no Mundo Rural Paulista*. São Paulo, Pioneira-IEB-USP, 1974 e Thales de Azevedo. *Integração Intercultural: O caso do minorato no Rio Grande do Sul*. *In memoriam António Jorge Dias*, vol. I, pp. 2/30, Lisboa, 1974.

(21) — O preto da veste feminina está simbolicamente ligado ao luto eterno, o que parece ser um padrão mediterrâneo. Segundo depoimento de uma camponesa beirã, “mulher nunca tira o luto porque sempre morre alguém na família. Quando é o pai ou a mãe, ela fica dois anos, quando é irmão ou irmã ela fica meio ano, quando é o filho, ela tira o luto só depois de 3 anos, mas a maioria fica toda a vida de luto por causa do sentimento da morte do filho. Quando é marido, ela não tira nunca o luto até o dia de sua morte”. Segundo opinião que colhi junto a casal urbano de origem rural a esposa tinha reservado um traje de luto completo, pois, por exigência da família aldeã, quando voltava à aldeia, se via compelida a entrar no mesmo contexto simbólico e ritualizado.

(22) — Ao que tudo indica, a situação da mulher rural portuguesa pouco tem mudado neste último século. A situação que encontrei pouco ou quase nada difere da relatada por Willems, em 1954, que, por sua vez, afirma que o quadro que encontrou não se distanciava do registrado por Antonio da Costa de Souza Macedo, em 1874. Emilio Willems. *A Família Portuguesa Contemporânea*. São Paulo, Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1955: p. 26.

(23) — Já em 1940, ao lado da Itália, Portugal acusava, na Europa, a mais alta taxa de menores (de 10 a 14 anos) empregados (26%). A título de comparação, observe-se que o Egito (1947) apresentava a taxa de 60%; a Turquia (1948), 45%; o Brasil (1950), 31%. São taxas significativas que marcam a íntima correlação entre o

emprego de menores e o nível de desenvolvimento econômico de um país e que, em Portugal, reflete também o processo emigratório.

(24) — Pele clara é um padrão estético muito valorizado em Portugal, e ao que me parece, ligado a conceitos de classe social e a estilo de vida urbano. Homens e mulheres queimados de sol são trabalhadores pobres dos campos, enquanto os claros são os profissionais mais sofisticados da cidade. Um informante confidenciou-me que, quando sua irmã, que estudava na cidade, voltava para aldeia, era recebida com “estás bela como uma freirinha”. A beleza não está ligado à vida religiosa mas à palidez marmórea que é identificada à vida de convento. Neste jogo de símbolos, percebe-se portanto, indicações de posições assimétricas: pobre x rico; rural x urbano. Através deste padrão estético, nota-se que em Portugal os valores e símbolos de ruralidade se mostram histórica e atualmente dominantes, mesmo em contextos urbanos. Só ultimamente é que uma população mais jovem, mais urbanizada, seduzida por padrões “mais europeus” toma a cor queimada como expressão de lazer, de esporte, de vida ao ar livre.

(25) — Jorge Dias mostra que em Rio de Onor a mulher é alijada de muitas atividades de lazer, não goza dos mesmos direitos dos homens e é proibida de ocupar posições públicas ao nível do sistema político da aldeia. Quando uma família (casa) não está sob chefia masculina (por viuvez ou emigração do marido) e não tem membros varões, a “casa fica sem representação junto ao Conselho aldeão” (*op. cit.*, p. 45).

(26) — Sobre moura encantada, bruxa e tesouros escondidos, em duas regiões de Portugal, v. Jorge Dias, *op. cit.*, pp. 282, 594; José Cutileiro, *op. cit.*, pp. 359, 364, 368.

BIBLIOGRAFIA

- Arquitetura Popular em Portugal. Lisboa, Edições da Associação dos Arquitectos Portugueses, 1980.
- AZEVEDO, Thales de — Integração Intercultural: O caso do Minorato no Rio Grande do Sul. *In Memoriam António Jorge Dias*, vol. I, pp.29/30. Lisboa, 1974.
- BONILHA, J. F. Martins — Análise Sociológica da Emigração numa Aldeia Portuguesa. *Departamento de Ciências Sociais*, Boletim nº 4, Presidente Prudente, FFLCH, 1975.
- BONILHA, J.F. Martins — A Contribuição Minhota no Contexto da Emigração Portuguesa para o Brasil. *Bracara Augusta*, Tomo XXXIII, Fasc. 75-76. Braga (Portugal), Janeiro/Dezembro de 1975.
- BORGES PEREIRA, J. Baptista — *Italianos no Mundo Rural Paulista*. São Paulo, Pioneira/IEB-USP, 1974.
- CARVALHO, Elza M. Gonçalves R. de — O fenómeno Emigratório de Celorico Basto e Mondin de Basto. Coimbra, 1973 (tese).
- CESAR, Guilhermino — *O “Brasileiro” na ficção Portuguesa (O Direito e o Averso de uma Personagem-Tipo)*. Lisboa, P.A.M. Pereira Ltda., 1969
- CHEROBIM, Mauro — Bibliografia do Grupo Ibérico (I e II). *Boletim de Estudos Sociais*, Avaré, Fundação Educacional de Avaré, Janeiro de 1973.
- CUNHAL, Álvaro — *A Questão Agrária em Portugal*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

- CUTILEIRO, José — *Ricos e Pobres no Alentejo*. Lisboa, Sá da Costa, 1977.
- DIAS, Jorge — *Rio de Onor — Comunitarismo Agro-Pastoril*, Porto, Instituto para Alta Cultura, 1953.
- DINIZ, Pepe — *Kids of Francmoisin*. LUTA, 1978.
- GREGOIRE, M. — *Politique Française de L'Immigration*. *Esprit*, 1966.
- JORDÃO NETTO, A. — Tentativa de Classificação dos Conceitos de Migrantes, Trabalhadores Temporários e Trabalhadores Volantes. *Documento Técnico* 4, São Paulo, Secretaria da Promoção Social.
- MARGARIDO, A. — Marânus. uma linguagem poética quase niilista. *Arquivos do Centro Cultural Português*, Vol. X. Paris, Fund. Calouste Gulbenkian, 1976.
- MINCES, J. — Les travailleurs Étrangers en France. In: H. CELIK — *Les Travailleurs Immigrés Parlent*. Paris, 1970.
- NUNES PEREIRA, A. — *Os Contos de Fajão* (xilografia). Coimbra, 1979.
- OLIVEIRA, Maria J. C. de, e PEREIRA, R. da Silva — Envelhecimento e Vitalidade da População Portuguesa. *Análise Social*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, nº 17, vol. 1, pp. 23/56, 1º sem. de 1967.
- PEREIRA, G. — Aspectos das Comunidades Portuguesas no Estrangeiro. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, nºs 1, 3, 4, 6, pp. 175/76, 1973.
- PEREIRA, Miriam Halpern — *A Política Portuguesa de Emigração (1850-1930)*. Lisboa, A Regra do Jogo, Edições.
- RABUT, Odile — Les Étrangers en France. *Population*, 3:637, Paris, 1973.
- SCHADEN, Egon — *A Mitologia Heróica das tribos Indígenas do Brasil*. Rio de Janeiro, MEC, s/d.
- SERRÃO, Joel — *Emigração Portuguesa*. Lisboa, Livros Horizonte, s/d.
- SOARES BARATA, Oscar — A Emigração e o Êxodo Rural em Portugal. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 93ª, nºs 1, 3, 4, 6, Lisboa janeiro/março/abril e junho de 1973.
- SOARES BARATA, Oscar — A Emigração em França. *Revista do Centro de Estudos Demográficos*, 21:189/256, Lisboa, 1973/1974.
- WILLEMS, Emilio — *A Família Portuguesa Contemporânea*. São Paulo, Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1955.
- WILLEMS, Emilio — Mudanças Estruturais-Funcionais em Comunidades Campezianas de Cinco Países Europeus. *Revista de Antropologia*, Vol. 8, Nº 2, São Paulo, dezembro de 1960.